

ANO 1 - NÚMERO 8 - JUNHO 2015

Xapuri

SOCIOAMBIENTAL

R\$ 7,90

PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS PARA A EDUCAÇÃO

SINPRO-DF INAUGURA ESPAÇO EDUCADOR CHICO MENDES
COM TÉCNICAS ECOLÓGICAS DE BIOCONSTRUÇÃO



AGROECOLOGIA

AGROTÓXICOS: HORA DE ACORDAR
PARA ENFRENTAR O PESADELO

p. 14

ECOTURISMO

POÇO AZUL: QUANDO
INTERDITAR É PRECISO

p. 26

PERFIL

RECO DO BANDOLIM
UMA VIDA DEDICADA AO CHORO

p. 32

CONHEÇA O Tocantins

Conheça o Tocantins, o único estado brasileiro onde a natureza promove o raro encontro (ecótono) de espécies vegetais da Amazônia, da Caatinga, do Cerrado, do Pantanal e da Mata Atlântica.

O único estado brasileiro onde, entre as belíssimas dunas da região semiárida do Jalapão, brotam belíssimas cachoeiras, rios caudalosos e o oásis do Fervedouro.

O estado mais jovem e mais dinâmico do país onde Palmas, a última capital planejada do século 20, compartilha o território com igrejas, casarios e monumentos do Brasil colonial.

Conheça o Tocantins, lugar de gente feliz, carinhosa e hospitaleira!



Se quisermos preservar alguma área de qualquer bioma, o mais correto é deixá-la na sua forma original. Uma vez retiradas de seu lugar, a flora e a fauna estarão degradadas, e pronto. Este é um fato mais que comprovado pela ciência e é, portanto, a realidade nua e crua.

Isso não quer dizer, contudo, que não se deva tentar recuperar áreas degeneradas pela ação direta dos humanos ou por intempéries. Muito pelo contrário. Mesmo que toda a vida que ali existia nunca volte a ser exatamente o que era, é possível repor pelo menos as partes mais aparentes das parcelas destruídas.

Há exemplos clássicos na História do Brasil. O Jardim Botânico do Rio de Janeiro, por exemplo, que ocupa uma área que havia sido devastada e hoje abriga espécies do mundo inteiro pela ação determinada de D. Pedro II, ainda no Império. Ou a fazenda que a família do fotógrafo Sebastião Salgado desmatou, no norte de Minas Gerais, onde, por determinação dele, foi reposta a Mata Atlântica de modo vigoroso, atraindo inclusive algumas espécies de animais que correm risco de extinção.

Poderíamos citar centenas ou milhares de exemplos de projetos que buscam esse caminho no Brasil inteiro e, em especial, no Cerrado do Centro-Oeste.

Nesta edição, Xapuri selecionou um deles, cuja importância está na própria recuperação de uma área, mas se torna ainda mais relevante por ser desenvolvido por educadores e por se destinar à ecopedagogia. A Chácara do Professor é um local onde crianças, jovens, profissionais da educação e membros das comunidades escolares da rede pública do Distrito Federal compartilham experimentos, vivências e conhecimento.

Este é um dos temas de que trata a Xapuri nº 8, mas há muito o que ler e admirar nestas páginas. Inclusive um perfil de Reco do Bandolim, responsável por manter vivo o nosso ambiente musical, com uma vida dedicada ao chorinho.

Boa leitura!

Zezé Weiss e Jaime Sautchuk
Editores

Xapuri – Palavra herdada do extinto povo indígena Chapurys, que habitou as terras banhadas pelo Rio Acre, na região onde hoje se encontra o município acreano de Xapuri. Significa: “Rio antes”, ou o que vem antes, o princípio das coisas.

Boas-Vindas!



Uma revista socioambiental,
um espaço criativo, alto-astrol,
independente, onde a informação
circula e as coisas acontecem.

Nós fazemos a **Xapuri** acontecer.
Você, com sua assinatura, fará a
Xapuri continuar acontecendo.

Assine agora!

**ASSINATURA
ANUAL
12 EDIÇÕES**

R\$ 75,00

PARA QUALQUER LUGAR DO BRASIL

**COMO
ASSINAR**



acesse:
www.xapuri.info



Mensagens pra Xapuri

A revista Xapuri Socioambiental, editada por Maria José Weiss e Jaime Sautchuk, é uma publicação de qualidade e de leitura indispensável.
Patricia Colela Doyle, Brasília, Distrito Federal.

Que boa surpresa!
Rubens Santana, Rio Branco, Acre.

Fabulosa!
Sheila Cobelo, Brasília, Distrito Federal.

Querida Xapuri, (...) essa causa é de todos nós.
Uruweuwauwau Costa, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

A revista 07 ficou ótima, como as outras. Parabéns!
João Batista Queiroz, São Francisco de Sales, Minas Gerais.

Excelente material para leitura. Recomendadíssimo!
Juliana Andrea Batista, Brasília, Distrito Federal.

Muito boa [a revista]. Gostei do estilo.
Leandro Altheman Lopes, Cruzeiro do Sul, Acre.

contato@xapuri.info

“ ...E não há melhor resposta que o espetáculo da vida: vê-la desfiar seu fio, que também se chama vida, ver a fábrica que ela mesma, teimosamente, se fabrica...
João Cabral de Melo Neto – Morte e Vida Severina ”

COLABORADORES/COLABORADORAS JUNHO

Altair Sales Barbosa - Professor Titular da Universidade Católica de Goiás; **Anderson Blaine** - Web Designer; **Antenor Pinheiro** - Jornalista; **Bruno Deiro** - Jornalista; **Carlos Minc** - Geógrafo. Ambientalista; **Deva Garcia** - Fotógrafo; **Eduardo Henrique Jr.** - Fotógrafo; **Eduardo Azevedo** - Ilustrador; **Guilherme Cobelo** - Historiador; **Inês Ulhoa** - Jornalista; **Jaime Sautchuk** - Jornalista; **Jacy Afonso de Melo** - Dirigente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT); **Leticia Schirmer de Souza** - Servidora Pública; **Leonardo Boff** - Filósofo, Teólogo, Escritor; **Lúcia Resende** - Mestra em Educação; **Maria Claudia Baima** - Fotógrafa; **Nara Serra** - Fotógrafa; **Osni Calixto** - Jornalista; **Pedro Tierra** - Poeta; **Piero Locatelli** - Jornalista; **Roberto de La Grieve** - Jornalista; **Rui Faquini** - Fotógrafo; **Ruy Sposati** - Jornalista; **Sérgio Pamplona** - Bioarquiteto; **Zezé Weiss** - Jornalista Socioambiental.

CONSELHO EDITORIAL

- | | |
|-------------------------|----------------------|
| 1. Jaime Sautchuk | 8. Juan Pratginestós |
| 2. Zezé Weiss | 9. Marcelo Manzatti |
| 3. Altair Sales Barbosa | 10. Neusimar Coelho |
| 4. Binho Marques | 11. Priscila Silva |
| 5. Cássia Oliveira | 12. Socorro Alves |
| 6. Graça Fleury | 13. Ronei Alves |
| 7. Jacy Afonso | 14. Rui Faquini |



EXPEDIENTE

Xapuri Socioambiental
Telefone: (61) 3044 7755. E-Mail: revista@xapuri.info. **Razão Social:** Xapuri Socioambiental Comunicação e Projetos Ltda. **CNPJ:** 10.417.786\0001-09. **Endereço:** BR 020 KM 09 - Setor Village - Caixa Postal 59 - CEP: 73.801-970 - Formosa, Goiás. **Atendimento:** Janaína Faustino (61) 9611 6826. **Edição:** Jaime Sautchuk (61) 9918-0983 - Zezé Weiss (61) 9974 3761. **Revisão:** Lúcia Resende, Maria Helena Schuster. **Produção:** Zezé Weiss. **Jornalista Responsável:** Thais Maria Pires - 386/GO. **Capa:** Acervo Histórico de Brasília. **Tiragem:** 10.000 exemplares. **Circulação:** Revista Impressa - Brasília, Goiás, Planalto Central. Revista Web - Todo o território nacional. **ISSN** 2359-053x.



- | | |
|---|---|
| 10 CAPA
Práticas sustentáveis para a educação | 24 ECOLOGIA
Meco, carregue-me dentro do seu embornal |
| 14 AGROECOLOGIA
Agrotóxicos: Hora de acordar para enfrentar o pesadelo | 26 ECOTURISMO
Poço Azul
Quando interditar é preciso |
| 16 BIODIVERSIDADE
Novo marco legal da biodiversidade | 28 GASTRONOMIA
Comida é patrimônio |
| 20 SUSTENTABILIDADE
A vulnerabilidade de toda sustentabilidade | 54 VOZES DA TERRA
Grito da Terra Brasil |



- | | |
|--|--|
| 12 ENTREVISTA
Sérgio Pamplona | 36 EDUCAÇÃO
Trabalhadores cruzam os braços por salário e valorização |
| 17 GEOPOLÍTICA
Do Caburá ao Chui | 40 MATA ATLÂNTICA
Estados discutem compromisso contra o desmatamento ilegal da Mata Atlântica |
| 18 CULTURA
Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental | 42 MEMÓRIA
Dom Tomás Balduino |
| 21 CAATINGA
Mandacaru: a planta-símbolo da Caatinga | 44 MOVIMENTO SOLIDÁRIO
Fenae apresenta Movimento Solidário para Governo do Maranhão |
| 30 RESENHA LITERÁRIA
Além das transferências de renda | 46 POVOS INDÍGENAS
Tomba árvore, tomba índio |
| 32 PERFIL
Reco do Bandolim
Uma vida dedicada ao Choro | 50 URBANIDADE
Calçadas pra que te quero |
| 35 CULTURA ECOLÓGICA
A lenda da Vitória Régia | 52 CIDADANIA
A era em que quase tudo é descartável |



Fotos: Deva Garcia

PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS PARA A EDUCAÇÃO

SINPRO-DF INAUGURA ESPAÇO EDUCADOR CHICO MENDES COM TÉCNICAS ECOLÓGICAS DE BIOCONSTRUÇÃO

Zezé Weiss

Imagine um espaço educacional inteiramente dedicado à ecopedagogia, à construção de um novo olhar, mais holístico e mais global, para a Educação.

Um ambiente onde a comunidade escolar possa compartilhar vivências e conhecimento, caminhando por trilhas ecológicas, em contato direto com a natureza.

Um Centro de Educação Socioambiental totalmente construído com técnicas e práticas sustentáveis, estrategicamente plantado no coração de uma agrofloresta regada pela água cristalina de nascentes preservadas,

protegidas e cuidadas.

Este espaço existe, está localizado na chácara de 63 hectares do Sindicato dos Professores (Sinpro), a Chácara do Professor, no Núcleo Rural Alexandre Gusmão, na Área de Proteção Ambiental (APA) do Planalto Central, na zona de amortecimento da Floresta Nacional de Brasília. "São 3.600 metros quadrados de área de intervenção e 1.400 metros quadrados de área edificada de forma ecologicamente correta", informa Rosilene Corrêa Lima, diretora do Sinpro.

Planejado para fomentar o desenvolvimento de valores ambientalmente sustentáveis,

o Centro de Educação Socioambiental, ou Espaço Educador Chico Mendes, inaugurado neste 13 de junho, com a presença de Ângela Mendes, filha de Chico Mendes, constitui-se em um fabuloso recurso pedagógico para profissionais da Educação e estudantes da rede pública de ensino do Distrito Federal.

Embora fosse um sonho antigo, os trabalhos voltados para abrir a Chácara para um novo paradigma educacional, que possa oferecer à comunidade escolar ações concretas no campo das práticas de sustentabilidade ecológica, são recentes. "Em

2012, começamos a construção do Espaço Educador Chico Mendes, esse sonho feito realidade em tão pouco tempo", diz Iolanda Rocha, diretora do Sinpro.

A AGROFLORESTA DA CHÁCARA DO PROFESSOR

A agrofloresta da Chácara do Professor encontra-se permeada por trilhas ecológicas onde, por meio de visitas guiadas entre árvores e espécies nativas devidamente identificadas com pequenas placas, é possível acessar diretamente os conteúdos clássicos – ciências, história, geografia, e também os da cultura popular como, por exemplo, informações sobre a quaresmeira, arbusto abundante na agrofloresta.

A professora e consultora ambiental Alda Ilza, que trabalha no local desde a compra da Chácara, em 1984, explica que "diante de uma quaresmeira (*Tibouchina candolleana*), as pessoas aprendem que a intensidade da coloração das flores dessa espécie pioneira é responsável pela atração dos polinizadores. E que atrás dos polinizadores vem a mini fauna que deles se alimenta, trazendo em suas fezes ou seus corpos sementes de espécies vegetais que, espalhadas, contribuem para o processo de sucessão natural".

Na prática, ali se vê como a agrofloresta ajuda a recuperar o solo degradado, favorecendo as plantações, porque vegetais de espécies distintas utilizam diferentes tipos de nutrientes do solo e fornecem matérias orgânicas diversas também. Assim, o que é consumido por uma espécie vegetal é compensado pela outra, numa interação constante, o que permite um maior aproveitamento de todos

os componentes do sistema e favorece o equilíbrio ecológico observado hoje na Chácara do Professor.

O ESPAÇO EDUCADOR CHICO MENDES

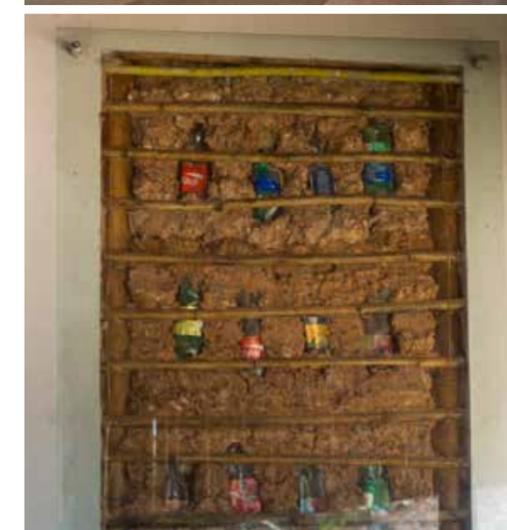
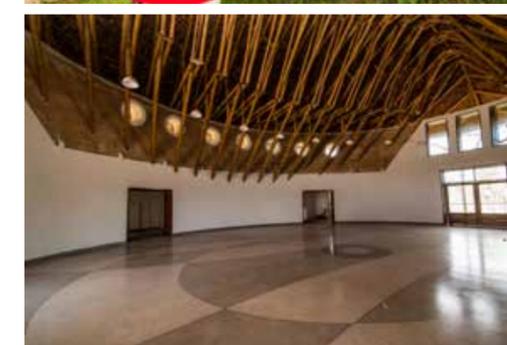
O projeto consiste na construção de quatro prédios: um espaço central (grande salão para eventos, com área de uso comum, cozinha industrial, refeitório, sanitários com ecossaneamento e salas de administração); um espaço multiuso aberto; um espaço para formação e qualificação; e um sistema de sanitários compostáveis.

Os quatro blocos foram construídos em um sistema que consiste na substituição do tijolo de alvenaria e de todo o sistema estrutural, com técnicas de bioconstrução. As paredes portantes (que suportam carga do telhado) foram feitas em superadobe e taipa de pilão, e as paredes de vedação, em pau-a-pique e cordwood. A estrutura é de madeira de eucalipto, e a base do telhado, construída com bambu, garante ótima ventilação e excelente iluminação natural.

"Esse é o projeto mais ambicioso do Sinpro porque, além de incorporar as principais tecnologias ecológicas disponíveis, constitui uma contribuição não somente para a comunidade escolar, mas para toda a comunidade de Brasília e oxalá do Brasil inteiro", diz Carlos Cirane, diretor do Sinpro.



Zezé Weiss
Jornalista
Socioambiental





SÉRGIO PAMPLONA

O Centro de Educação Socioambiental do Sinpro – Espaço Educador Chico Mendes – foi concebido e executado pelo bioarquiteto Sérgio Pamplona, da Arquitectura, de Brasília. Pamplona recebeu a Xapuri em seu sítio Nós na Teia, em Brasília, para esclarecedora entrevista sobre as técnicas e práticas sustentáveis utilizadas no Complexo.

X – Qual o conceito filosófico-ecológico adotado para a construção do Espaço Educador Chico Mendes?

Pamplona – A ideia da construção de um espaço educador com técnicas ecológicas para disseminar a cultura da sustentabilidade veio da diretoria do Sinpro. A inspiração maior nós encontramos na professora Alda Ilza, que conhece tudo do local, é uma apaixonada pela educação ambiental e nos motivou muito na execução dessa ideia ecológica que deu certo.

X – Qual foi o ponto de partida?

Pamplona – Antes do início da construção dos prédios, em maio de 2012, realizamos várias intervenções no entorno para tornar o espaço mais sustentável. Em 2009-2010, fizemos o diagnóstico, o zoneamento e a redistribuição das áreas. Depois, nossa primeira intervenção foi no local das festas. Como o Sinpro organiza grandes eventos anuais para milhares de pessoas, a braquiária que cobria a área nunca se recuperava, deixando o chão pelado e cheio de erosões. Mudamos isso, começando pelo palco. Com o uso de uma patola e em apenas uma semana, fizemos uma elevação e construímos um palco só com a movimentação da terra. Esse palco ficou ótimo, porque dele se pode ver todo o espaço e de qualquer lugar do espaço se pode ver o palco. À frente, cobrimos o chão

com bloquetes de concreto permeáveis, que deixam a água passar, e de um lado construímos os quiosques de bambu, muito práticos.

X – Qual foi o próximo passo?

Pamplona – Conseguir no próprio local a terra de que precisávamos para as técnicas de bioconstrução. Para isso cavamos barraginhas que passaram a umedecer as áreas de agrofloresta. De um bosque de eucalipto que existia no local, retiramos boa parte da madeira para os prédios, abrindo a área para o plantio de espécies nativas na agrofloresta. Em seguida, cuidamos das águas. A água da piscina vinha da bica da nascente e não era aproveitada. Fizemos um tanquinho para acumular a água, protegendo a nascente; construímos mais piscinas, devolvendo a água para a natureza. Na bacia de

drenagem, foi plantada uma agrofloresta, com muita banana, que já começa a produzir em abundância.

X – Que técnicas de bioconstrução foram utilizadas na construção das paredes?

Pamplona – Trabalhamos com quatro técnicas de construção, usando o barro local: superadobe, taipa de pilão, pau-a-pique e *cordwood*, aquela que tem as bolachas de madeira, na frente do sanitário seco.

Superadobe é uma técnica que muita gente conhece como terra ensacada. Você pega uma bobina de sacos e vai enchendo de terra e socando, como uma linguiça. É uma técnica simples, mas que exige muito cuidado com a umidade ideal, senão ela não consegue ser compactada do jeito certo. Você faz a linguiça de terra e vai subindo as paredes como um rocambole, em várias camadas.

A taipa de pilão é aquela técnica mais antiga, em que você coloca duas tábuas cercado e vai colocando e socando a terra no centro até formar a parede. Tanto o superadobe como a taipa de pilão são técnicas estruturais, não tem coluna na construção, as paredes são estruturais ou portantes, que é como se fazia antigamente. A Igreja de Pirenópolis é assim e tantas outras no Brasil.

Já as paredes de taipa onde se entremeiam madeiras são chamadas de pau-a-pique. Essa técnica nós usamos basicamente para as paredes externas, onde fizemos estruturas de madeira que sustentam os telhados vivos.

São as sólidas paredes de superadobe (com 40 – 70 cm de largura) e de taipa de pilão de até 9 metros de pé direito

que sustentam o telhado dos prédios. Em algumas paredes internas usamos a técnica do pau-a-pique, com uma inovação: incluímos garrafas PET cheias de ar e fechadas. Com isso, demos destinação final a 30 mil garrafas PET, reduzimos a quantidade de barro e melhoramos a qualidade térmica do espaço.

X – Como foi feito o telhado?

Pamplona – Os pilares do telhado foram feitos com eucalipto tratado, em sua maioria retirado dos bosques da própria chácara. As demais estruturas foram feitas de bambu, com especial cuidado para garantir uma boa iluminação e uma excelente ventilação. Em uma parte, trabalhamos com telhas de madeira vindas do estado do Pará. Em outra parte, a professora Alda está fazendo testes com telhados verdes. Recentemente, foram plantadas flores comestíveis no telhado, como as capuchinhas.

X – Como é o sistema de sanitários compostáveis?

Pamplona – Temos no complexo dois sistemas de sanitários. Um com água, utilizando o sistema de evapotranspiração, para os vasos sanitários, que são jardins ferti-irrigados pelos esgotos, sem saída de efluentes. Para as águas de pias e chuveiros, usamos círculos de bananeiras, elementos simples de tratamento com infiltração no solo. E temos os sanitários secos, ou compostáveis, onde não se usa água, onde não se misturam as fezes na água. As pessoas fazem suas necessidades numa

câmara escura, que é voltada para o sol, que esquenta os dejetos, que são colocados em uma câmara com chaminés, e assim o sanitário não tem cheiro. Essa é uma maneira de você não usar água, não poluir água e não ter que tratar água.

É diferente das casinhas de roça antigas, porque aqui a urina e os dejetos são tratados sem ter contato nem poluir o solo. Quando o material é retirado de lá, é só composto orgânico. Se você quiser usar em hortaliças, o composto precisa passar por um minhocário, para garantir 100% de qualidade e sanidade, mas para a agrofloresta em geral está pronto, é só usar.

X – Como funciona o sistema de drenagem ecológica do Complexo?

Pamplona – Optamos pela utilização do DrenoPET, técnica sustentável desenvolvida em Brasília, onde ao sistema de drenagem das construções se incorpora a reciclagem, por meio do uso de garrafas PET prensadas, em substituição aos materiais drenantes tradicionais. De forma muito simplificada: em vez do tubo corrugado perfurado próprio para drenagem e brita, usamos uma espécie de linguiça feita com geotêxtil do tipo bidim cheio de garrafas PET amassadas, formando um salsichão. O salsichão permite que não usemos a brita, deixando a água seguir seu caminho por entre as garrafas PET amassadas. Com isso, economizamos recursos naturais, contribuimos para colocar menos lixo nos aterros e viabilizamos um bonito projeto de engenharia ambiental.





AGROTÓXICOS

HORA DE ACORDAR PARA ENFRENTAR O PESADELO

Jacy Afonso de Melo

Não bastassem as contaminações por efluentes gasosos de todos os tipos, poluentes persistentes impostos por processos industriais, pelo escapamento de veículos, pelo desmatamento e demais fontes poluidoras, os agrotóxicos se somam ao peso no prato de cada dia do trabalhador e da trabalhadora.

No Brasil, os números impressionam. Dados da Anvisa do ano de 2013 apontam que 64% dos alimentos estão contaminados por agrotóxicos. Entre 2007 e 2014, as intoxicações por esses venenos, notificadas e registradas pelo DATASUS do Ministério da Saúde, foram 34.147, e há que se considerar ainda o significativo montante das subnotificações.

Em que pesem os avanços de iniciativas como o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara), que tem como objetivos a diminuição do uso e a transição para modelos alternativos como a agroecologia e a produção orgânica, estamos diante de retrocessos quanto à liberação de princípios ativos já banidos em todo o mundo, mas permitidos aqui, a partir da flexibilização na legislação. Isso trará impactos irreversíveis para as populações.

Somam-se a isso os impactos do uso dos agrotóxicos nos trabalhadores e trabalhadoras e que atingem toda a cadeia produtiva, começando na indústria química, tanto na produção quanto no envase,

no transporte, no manuseio no comércio, na aplicação no campo, no consumo dos alimentos pela população.

A saúde desses trabalhadores é comprometida no exercício do trabalho, pelo uso abusivo de venenos, e tem as suas defesas nocauteadas dia a dia, numa luta com um adversário oculto e silencioso que quando se revela, em geral, é tarde demais.

E nos locais de trabalho, como são pensados e selecionados os ingredientes que são a base da alimentação dos trabalhadores nos refeitórios das empresas, em sua maioria terceirizadas? Qual o nível de decisão, participação e monitoramento que os trabalhadores efetivamente têm nesses processos?

Na cadeia produtiva do agronegócio, é grande a vulnerabilidade dos trabalhadores, em sua absoluta maioria temporários, que são submetidos a baixíssimos salários, condições de trabalho exaustivas e, muitas vezes, condições de escravidão, tendo seus documentos retidos e ficando impossibilitados sequer de retornar às suas cidades de origem.

São visíveis os impactos no meio ambiente, as enxurradas de venenos que encharcam as lavouras diariamente. São comuns a falta de descarte correto, os derramamentos acidentais, a contaminação das águas, a intoxicação e morte de animais por terra, ar e mar, além das populações que sobrevivem da natureza e que veem sua fonte de subsistência comprometida, quando não condenada, para privilégio de poucos.

Essas são questões que devem ser aprofundadas e que requerem acompanhamento nas mesas de negociação, conselhos, comissões correlatas e demais espaços de enfrentamento ao tema. Pautar o assunto internamente

e de forma mais contundente nos sindicatos, federações e confederações, propondo caminhos e soluções, são iniciativas essenciais para avançarmos na defesa de direitos sociais e para impedirmos retrocessos.

Cabe ainda atentar para os instrumentos jurídicos como os Princípios da Precaução, estratégia adotada em Convenções e Acordos Internacionais, dos quais o Brasil é signatário, como o Protocolo de Montreal sobre gases, a Convenção de Cartagena sobre biotecnologias e os Princípios como o da Substituição de Processos e Produtos Perigosos por outros de menor risco. Exercer o direito de saber e de se recusar ao trabalho quando em condição de risco são conquistas, frutos da luta dos trabalhadores e trabalhadoras do ramo químico, que aprimoram legislações e asseguram seu cumprimento por parte das empresas.

A ação sindical exige conhecimento dos processos, estratégia para o enfrentamento aos riscos, exigência de que o poder

público fiscalize, inspecione, notifique e preste contas aos trabalhadores e à população. E inclui também a exigência de que se determine a substituição de equipamentos e tecnologias que tragam risco por outras que preservem a integridade física e protejam a saúde humana e o meio ambiente.

O debate, por sua importância, não poderia deixar de estar também no cinema. O documentário intitulado *O Veneno está na Mesa*, do cineasta brasileiro Silvio Tendler, já tem uma segunda versão. Além de questionar o monopólio das empresas produtoras de agrotóxicos e fertilizantes e os interesses econômicos desse setor, o filme mostra ainda experiências viáveis de produção agroecológica, respeito aos trabalhadores do campo e ao meio ambiente e alerta sobre o direito a viver sem venenos. Afinal, outro mundo é, sim, possível.



Jacy Afonso de Melo
Dirigente Nacional da Central Única dos Trabalhadores - CUT



CALENDÁRIO DAS SESSÕES ORDINÁRIAS EM 2015

JANEIRO	-	-	-	-	-
FEVEREIRO	03 (terça-feira)	04 (quarta-feira)	10 (terça-feira)	11 (quarta-feira)	12 (quinta-feira)
MARÇO	03 (terça-feira)	04 (quarta-feira)	10 (terça-feira)	11 (quarta-feira)	12 (quinta-feira)
ABRIL	07 (terça-feira)	08 (quarta-feira)	14 (terça-feira)	15 (quarta-feira)	16 (quinta-feira)
MAIO	05 (terça-feira)	06 (quarta-feira)	12 (terça-feira)	13 (quarta-feira)	14 (quinta-feira)
JUNHO	01 (segunda-feira)	02 (terça-feira)	09 (terça-feira)	10 (quarta-feira)	11 (quinta-feira)
JULHO	-	-	-	-	-
AGOSTO	04 (terça-feira)	05 (quarta-feira)	11 (terça-feira)	12 (quarta-feira)	13 (quinta-feira)
SETEMBRO	01 (terça-feira)	02 (quarta-feira)	08 (terça-feira)	09 (quarta-feira)	10 (quinta-feira)
OUTUBRO	06 (terça-feira)	07 (quarta-feira)	13 (terça-feira)	14 (quarta-feira)	15 (quinta-feira)
NOVEMBRO	03 (terça-feira)	04 (quarta-feira)	10 (terça-feira)	11 (quarta-feira)	12 (quinta-feira)
DEZEMBRO	01 (terça-feira)	02 (quarta-feira)	08 (terça-feira)	09 (quarta-feira)	10 (quinta-feira)

As Sessões iniciam-se às 19 horas, no Plenário da Câmara

NOVO MARCO legal DA BIODIVERSIDADE



Às vésperas do Dia Internacional da Biodiversidade (22 de maio), foi sancionado pela Presidência da República o novo marco legal da Biodiversidade, que mudará a forma como se pesquisa e se paga pelo acesso à biodiversidade no Brasil.

A nova lei, que entra em vigor em novembro, vai regular o acesso a inúmeras substâncias químicas, plantas, animais, insetos, fungos, vírus, e até sequências genéticas ainda inexploradas, espécies espalhadas pela imensa biodiversidade brasileira, cuja manipulação e pesquisa rendem lucros vultosos a empresas nacionais e estrangeiras a partir da produção de cosméticos, medicamentos e alimentos.

O novo marco também regulará o acesso a conhecimentos e práticas dos vários povos tradicionais que habitam os biomas brasileiros. A discussão não é nova – desde 1995 o Brasil é signatário da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Calcula-se que o país detenha cerca de 20% da biodiversidade mundial, embora só metade desse acervo esteja catalogada.

Em junho de 2000, mídia, políticos e cientistas reagiram a um contrato firmado em maio entre a Bioamazônia, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), então titular de um contrato de gestão com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), e a multinacional

farmacêutica Novartis AG, sediada na Suíça. Pelo acordo, a Bioamazônia enviaria até 10 mil cepas de bactérias amazônicas para a Europa.

A contrapartida oferecida pela Novartis era a capacitação técnica de agentes da Bioamazônia e o pagamento de royalties dos

Acusado de “entreguismo”, o governo federal editou em junho daquele ano uma Medida Provisória para regular o acesso ao material genético da fauna e da flora do país, impondo regras rígidas. Depois de quase 500 anos, o Brasil ganhava sua primeira legislação específica, destinada a proteger o acervo genético nativo.

Agora, após 15 anos de regulação “provisória”, o Brasil concretiza seu marco legal para a biodiversidade. Considerada excessivamente burocrática, a legislação criada em 2001 custou caro ao país: cientistas e empresas têm evitado conduzir pesquisas em território brasileiro, optando por países vizinhos. No Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), cerca de 13 mil possíveis patentes aguardam solução de entraves burocráticos para serem oficializadas.

A proposta de Lei da Biodiversidade (PLC 2/2015), de autoria do próprio Executivo, começou a tramitar pela Câmara em junho de 2014, onde foi elaborado e aprovado, em fevereiro de 2015, um substitutivo.

No Senado, o projeto foi aprovado em abril, com alterações. Apreciado novamente na Câmara, que confirmou apenas parte das mudanças feitas pelos senadores, o texto seguiu para sanção presidencial no fim de abril.

Em 20 de maio, a presidenta sancionou o texto, com alguns vetos.

Roberto de La Grieve
Jornalista

Novo Marco Legal da Biodiversidade
CONFIRA AS NOVAS REGRAS DE ACESSO AO PATRIMÔNIO GENÉTICO E AOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS

PILARES

- FACILITA A PESQUISA E A EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DA BIODIVERSIDADE BRASILEIRA**
- PROTEGE O CONHECIMENTO DOS POVOS TRADICIONAIS DO PAÍS**
- INCENTIVA A PRODUÇÃO DE NOVOS REMÉDIOS, COSMÉTICOS E INSUMOS AGRÍCOLAS**

Principais pontos da Nova Lei da Biodiversidade:

- Garante direitos das populações tradicionais e cria regras de compensação a comunidades que forneçam conhecimentos para a indústria. Dessa forma, povos e comunidades têm voto e participação nas decisões;
- Cria o Programa de Repartição de Benefícios para apoiar esforços, demandas e políticas para as comunidades;
- Determina novas regras de acesso ao patrimônio genético por empresas estrangeiras;
- Cria segurança jurídica para estimular o investimento privado em PDS&I (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação);
- Descriminaliza pesquisadores, estudantes e instituições de pesquisa;
- Resguarda setoras com menor capacidade contributiva, como empresas de pequeno e médio porte;
- Garante livre negociação sobre os conhecimentos tradicionais, e mais 0,2% do lucro enquanto houver venda do produto (ao Fundo, que reparte com todos os detentores);
- Estabelece a repartição de 1% do lucro com o Fundo Nacional de Repartição, enquanto houver comercialização, quando o origem do conhecimento tradicional não for identificada. O Fundo reparte com todos os detentores.

Fonte: Ministério do Meio Ambiente
PLANALTO GOV.BR

produtos criados a partir das cepas. Os valores propostos eram tão aviltantes que chegaram a ser descritos à época por um pesquisador como “menores que um salário mínimo”. O então ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, hoje coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, teve de ir a público desautorizar a transação, que acabou revogada.



DO CABURAI AO CHUI

Jaime Sautchuk

Muita gente ainda hoje usa a expressão “do Oiapoque ao Chui” pra designar o Brasil de Norte a Sul. Há perto de 100 anos, porém, está comprovado que o rio Ailã é o curso d’água mais setentrional do país, em sua nascente, no monte Caburái, em Roraima, na fronteira com a Guiana e a Venezuela.

Esse ponto geográfico está 84,5 quilômetros mais ao

Norte do que o Oiapoque, no Amapá, conforme o relatório da Comissão de Fronteiras chefiada pelo Marechal Cândido Rondon, na década de 1930.

O Caburái faz parte do Sistema Parima de Serras, onde se forma um belíssimo complexo de platôs que dá origem ao Planalto Venezuelano. No lado da Venezuela, o sistema de serras abriga o salto El Angel, a maior

queda livre de água do mundo, com 979 metros.

Como dizer “do Chui ao Ailã” não tem muita sonoridade, fica mais agradável aos ouvidos dizer “do Caburái ao Chui”, o que está absolutamente correto.



Jaime Sautchuk
Jornalista. Escritor



Foto: Rui Faquini

CIDADE DE GOIÁS REALIZA MAIS UM FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA E VÍDEO AMBIENTAL

Guilherme Cobelo

Entre os dias 23 e 28 de junho, a Cidade de Goiás sediará mais uma edição do Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA) que, desde 1999, fomenta e fortalece a cultura na antiga capital goiana. Além da mostra competitiva – que oferece R\$ 240 mil reais em prêmios para as melhores produções –, o Festival disponibilizará à comunidade e aos turistas um repertório variado de atividades que tem como foco o meio ambiente, tema orientador de todo FICA.

Idealizado para projetar nacionalmente o município, o evento acabou tomando proporções muito maiores do que o previsto, fazendo de Goiás Velho um polo de atração fortíssimo para filmes ambientais do mundo inteiro. A cada FICA, a cidade é tomada por uma multidão apaixonada

pelas apresentações musicais, exposições, oficinas, mesas redondas, palestras e debates do Festival.

Em 2014, cerca de 130 mil pessoas passaram por Goiás nos seis dias do evento e cerca de 2 milhões interagiram com as postagens realizadas em mídias digitais. A expectativa, portanto, é enorme, segundo dados da organização do encontro.

Para Emiliano Godoi, consultor de Meio Ambiente do Festival, o objetivo é sensibilizar as pessoas para que promovam melhorias significativas na qualidade de vida da população e do planeta. Daí a importância de realizar ações que extrapolem o âmbito cinematográfico, envolvendo também a música, a dança, o teatro e a literatura.

O projeto FICA na Comunidade, uma das

novidades da última edição, desenvolve atividades de turismo sustentável importantíssimas nas escolas locais. “O empoderamento comunitário é essencial quando se trata de ações ligadas ao meio ambiente: é do povo que vem a força da mudança”, diz Emiliano.

Como lugar de memória, a antiga Vila Boa é um sítio privilegiado de reflexões sobre o futuro da humanidade e de suas relações com a natureza. Em assim sendo, o fato de abrigar um evento internacional, aberto a mentes criadoras de todas as nações, é fundamental para fortalecer a consciência socioambiental, independente das fronteiras que nos cercam.

Embora o FICA tenha um caráter cinéfilo, o que é mostrado nas telas configura apenas um dos aspectos desse

belo encontro anual. Os filmes propulsionam os gestos, o que é visto estimula atitudes. Sua localização em uma cidade considerada Patrimônio Histórico e Cultural Mundial endossa este intento.

A Cidade de Goiás exala história. Passear por suas ruas e becos é revisitar um pouco do passado colonial de nosso país. É repensar a urgência da preservação. O extrativismo desenfreado de outrora cede lugar agora ao desenvolvimento harmonioso – ou pelo menos à busca dele. Afinal, é sabido o quanto a cobiça e a ganância dos exploradores oitocentistas foram nocivas tanto aos índios goyazes que ali viviam quanto à exuberante natureza que os acolhia.

Em se tratando de Goiás, estado famoso por suas vastas fazendas e seus ricos latifúndios, o que pensar da agricultura depredatória e da pecuária desajustada que tantos empresários vêm praticando sobre as terras? O que pensar das hidrelétricas que ameaçam tantos paraísos naturais?

Será que basta ao governo

e à sociedade estimular a reflexão sobre a crise ecológica, promovendo eventos como o FICA? Ou a lavagem das consciências se consumará apenas quando ações bruscas e profundas se realizarem na esteira das críticas e das utopias?

Que a arte não seja vã, que o FICA não seja um mero receptáculo de recursos econômicos, que o turismo não seja apenas folia e que a natureza e a sociedade mereçam o vínculo eterno que o tempo lhes outorgou.



Guilherme Cobelo
Historiador. Livreiro



FICA EM GOIÁS

23 - 28 de junho 2015

A VULNERABILIDADE DE TODA SUSTENTABILIDADE

Leonardo Boff

Não há sustentabilidade plena sem o resto. Toda [sustentabilidade] está submetida ao princípio da incompletude que marca todos os seres e o inteiro universo.

Dito isso, faz-se mister, antes de mais nada, sanar os danos feitos à Terra e aos ecossistemas pela sistemática depredação por parte dos seres humanos. Entregue a si mesma, a Terra demorará algumas centenas de anos até recuperar sua integridade e sustentabilidade. Há muito por fazer, para sanar feridas passadas e evitar outras futuras.

Em seguida, a Terra e todos os seres estão sob a regência da lei da entropia, do desgaste irrefreável das energias e de todos os sistemas. Todos caminhamos rumo a um colapso do universo, apesar da força das estruturas dissipativas de Ilya Prigogine, segundo a qual o universo tem a capacidade de fazer dos dejetos e da entropia uma nova fonte de energia (negentropia).

Mas mesmo essa tardança não elimina o fato de que em 5 bilhões de anos o Sol vai gastar todo o seu hidrogênio, e por mais 5 bilhões de anos consumirá todo o hélio até transformar-se numa estrela morta e num buraco

negro, [e que] nessa passagem do hidrogênio para o hélio terá calcinado a maioria dos planetas, inclusive a própria Terra, com tudo o que nela existe.

Ademais, não estamos livres das catástrofes inerentes à própria geofísica da Terra, da deriva continental, dos movimentos das placas tectônicas, que poderão provocar tsunamis e devastações arrasadoras.

Por fim, como aconteceu há 6,5 bilhões de anos, poderá cair sobre nós um incomensurável meteoro rasante, capaz de destruir toda a civilização e eliminar parte ou toda a espécie humana.

Com isso queremos dizer: nenhuma sustentabilidade nos poderá salvar de tais eventos. Ela é, por natureza, vulnerável e está submetida ao princípio cósmico do caos.

Mas, no que estiver sob nossa responsabilidade, cabe construí-la, no tempo que nos toca viver, para que nos garanta a sobrevivência e a proteção de nossa Casa Comum: a Terra.



Leonardo Boff
Teólogo. Filósofo. Escritor



Fotos: Eduardo Henrique

MANDACARU A PLANTA-SÍMBOLO DA CAATINGA

*“Mandacaru quando fulora na seca
É o sinal que a chuva chega no sertão”*

Luiz Gonzaga e Zé Dantas

O mandacaru (*Cereus jamacaru*), ou cardeiro, planta popularizada em todo o Brasil pela letra da música “Xote das Meninas”, de Luiz Gonzaga e Zé Dantas, é uma cactácea nativa do Brasil, cujas floradas brancas que duram uma só noite – desabrocham ao anoitecer e murcham pela manhã – anunciam “o fim da seca” nas regiões mais áridas, em especial na Caatinga nordestina.

Abundante nas áreas rurais da Caatinga brasileira, o mandacaru, essa planta espinhenta que alcança até seis metros de altura e

sobrevive às secas devido a sua grande capacidade de captação e retenção de água, é importante para a restauração de solos degradados, serve como cerca natural e alimento para os animais, sobretudo nos períodos de longa estiagem.

As flores brancas e os frutos do mandacaru, de cor rosáceo-violeta, polpa branca e pequenas sementes pretas, servem de alimento também para as pessoas e para as aves da Caatinga, como o periquito-da-caatinga e a gralha-cancã. Como o mandacaru não tem folhas, é planta que não faz sombra e depende dos seus

espinhos para se defender dos animais herbívoros que perambulam entre suas touceiras em formato de candelabro.

A espécie demorou milhões de anos para se adaptar ao Semiárido brasileiro e, daí, para servir de planta ornamental no Brasil inteiro. Sua existência, porém, encontra-se vulnerável pelo desmatamento das áreas de Caatinga. A extinção do mandacaru representará uma perda para o ambiente, para a agricultura, para a economia e para a cultura do povo nordestino.

2015:

ANO DE DESAFIOS

Desde o início de 2015 a classe trabalhadora e a Educação vêm sofrendo ataques por todos os lados. Setores conservadores organizados têm jogado duro contra os avanços conquistados nos últimos anos; e tentado impedir outros tantos, o que, em certa medida, pode comprometer a nossa democracia - alcançada por meio de muita luta.

No plano geral, temos o Congresso Nacional mais conservador do período pós-1964, sempre pronto para aprovar mais ataques aos direitos da classe trabalhadora. De outro, há o

governo, que emite sinais trocados.

Basta ver o que ocorreu no Congresso e a postura dos parlamentares e do governo no caso da votação das MPs 664 e 665. A postura do governo foi reafirmar a manutenção de um projeto que acaba por fragilizar as relações do trabalho. Em outra ponta houve a hipocrisia da direita, querendo votar contra o projeto. Mas, ao mesmo tempo, essa mesma direita não hesitou em atropelar os trabalhadores e aprovar a terceirização, via PL 4.330, o PL da Escravidão, agora em tramitação no Senado. O governo, por sua vez, se



PARA A EDUCAÇÃO; PARA OS TRABALHADORES

posicionou contra a terceirização, mas fez este pacote de medidas que fragiliza o trabalhador. É um paradoxo.

No caso específico da Educação, os governos se esforçam para retirar direitos e conquistas. Não à toa, professores de seis estados estão em greve.

No DF, os ataques se mantêm, com inúmeras tentativas de enfraquecer a categoria e de cercear a liberdade de expressão. Por isso mesmo, o Sinpro/DF exige as nomeações de professores e orientadores

educacionais; revogação da Circular da Censura/SEEDF (sem reedição); arquivamento do PL 01/2015 (PL da Mordaza), de autoria da deputada distrital Sandra Faraj; e atendimento à Pauta de Reivindicações.

O fato é que não podemos aceitar retiradas de direitos passivamente. É necessária uma reação imediata. E a hora é agora. A resposta ao que assistimos terá que ser dada com a união dos trabalhadores e educadores, indo às ruas, promovendo mobilizações, fazendo valer a sociedade que desejamos construir.



MECO, CARREGUE-ME DENTRO DO SEU EMBORNAL

Altair Sales Barbosa

Quando da última passagem do cometa de Halley, próximo à órbita da Terra, eu me encontrava num local que denominei "paraíso". Muitas lagoas, as veredas se perdiam nas vastidões dos olhares. Caminhando a pé com um grupo de pesquisadores, andávamos dias por entre as vegetações variadas do Cerrado. Estávamos buscando afloramentos de arenito silicificado para encontrarmos os vestígios da nossa ancestralidade indígena.

Num certo momento, em meio às reflexões e indagações que orientavam nossas noites no acampamento, indaguei ao grupo: será que, quando da próxima vinda do Cometa, este paraíso ainda existirá, para que nossos filhos, e talvez netos, possam ter o privilégio de ver as cenas que hoje tanto nos embelezam?

Nesse momento, um dos pesquisadores da equipe, professor Binômimo da Costa Lima, o maior entendedor dos segredos do Cerrado, conhecido na região de Jataí por "Seu Meco", disse (não sei se falou sério ou em tom de brincadeira, mas assim ele falou): "se nossos governantes e instituições permitirem a destruição desse paraíso e eu ainda me encontrar vivo, não suportarei tamanha dor, pegarei meu embornal, embrenharei por um caminho que só eu conheço, até encontrar minha fonte d'água preferida. Lá descansarei numa pedra e, ouvindo os sons dos passarinhos, tentarei recuperar minhas forças enfraquecidas".

Realmente aquele local era o paraíso!

O Cerrado viçoso esparramava o cheiro dos frutos que aromatizava as

fontes, que jorravam águas para as veredas. Aqui e acolá, avistavam-se bandos de emas, veados do campo e tantos outros animais, que nossos olhos brilhavam de alegria.

Era tempo de árvores, tempo de rios, tempo de brisas, tempo de inspiração e tempo de muita esperança. Esperança nos homens. Era tempo de busca. Busca de novos horizontes, busca de saberes novos, e a Universidade se abria às vozes, aos sons e à sabedoria das populações tradicionais, que àquela época ainda estavam fincadas naqueles longínquos rincões. Infelizmente, a Universidade murchou.

No caminho das águas uma árvore velha observa a velha senhora. Elas são do mesmo tamanho. Elas têm a mesma raiz. Estão ambas sentadas sobre as pedras.

Vem a chuva e elas abrem a boca. Vem a tempestade e elas se fincam nas pedras. Vem o sol e elas bebem a chuva. Se curvam diante do Sol, como se murchassem. Elas reverenciam.

*Nos dedos mais finos da árvore estão os rostos dos filhos, os brotos;
Nas mãos velhas da velha tem as linhas;
Tudo está escrito na terra.
Tudo está na ponta dos dedos, na palma da mão;
Tudo tem seu tempo de amanhecer;
Se é broto, ao mesmo tempo é mãe;
Se é mãe, ao mesmo tempo é deus;
Se é deus, ao mesmo tempo é chuva.
No coração da árvore tem uma flor.
Na flor da velha, um coração.
A velha põe sua flor nos cabelos e sai embelezando o caminho.
E o coração da árvore brotou todo dentro dela.*

O tempo ainda não trouxe novamente o Cometa de Halley, passaram-se só 29 anos, mas trouxe a destruição de um edifício de sonhos. São tempos de destruição, tempos murchos.

As plantas do verdejante Cerrado foram jogadas ao chão, muitas viraram carvão. As nascentes que outrora fervilhavam minguaram lentamente, deixando exposto em alguns locais um torrão endurecido, semelhante a formigueiro abandonado. As lagoas se transformaram em poças d'água, os covais e os

chapadões ostentam extensas monoculturas na época das águas. Quando chega a seca, só se veem no local sombrias nuvens de poeiras.

A velha e a árvore mudaram não sei pra onde. No coração certamente não mais carregam uma flor; talvez uma grande dor.

O tempo da destruição trouxe para a Universidade, que acreditávamos ser uma luz para os novos tempos, o tempo do paradigma da inutilidade. E, unindo inutilidade e incapacidade, criou-se o tempo do medo, e o medo trouxe a impossibilidade de ressuscitar o tempo da esperança e da busca.

Neste processo, o tempo dos homens falou mais alto, os políticos foram guiados pelo tempo do imediatismo, as transformações vieram pelo tempo acelerado da tecnologia que acentua o tempo do capital

excludente, que incentiva a concorrência desleal, que gera o tempo da alienação, que criou o tempo do "estranho no ninho" que se debate esperando o tempo...

Hoje o tempo da modernidade é capaz de colocar valor em tudo, até no universo, mas não é capaz de valorar a vida.

Por isso, professor Meco, quando se embrenhar por aquele caminho estreito, escondido não sei onde, mas que só o senhor conhece, carregue-me dentro do seu embornal, quem sabe encontraremos a semente geradora de um novo universo.



Altair Sales Barbosa
Pesquisador, Doutor.
Professor titular da
Universidade Católica de
Goiás





POÇO AZUL

QUANDO INTERDITAR É PRECISO



Quem anda pelas bandas do distrito do Bezerra, localizado na BR-020, a cerca de 20 km da sede do Município de Formosa, Goiás, encontra várias placas informando sobre a interdição das visitas ao Poço Azul, um dos espaços de patrimônio natural mais belos da região.

A interdição do Poço Azul, amplamente divulgada nas mídias locais e nas redes sociais, resulta da ação de um grupo de pessoas organizadas no Movimento de Defesa do Poço Azul, em atividade desde o começo de 2015, segundo nota do Movimento:

“Em fevereiro de 2015, um grupo de pessoas de Formosa-GO e Brasília-DF se juntaram virtualmente com o objetivo de realizar um mutirão de limpeza no Poço Azul, [uma vez que] o local estava recebendo visitação intensa e sem autorização alguma, acumulando muito lixo. O mutirão foi um sucesso, fez-se a limpeza, porém se pensou: isso não será suficiente (...). O grupo se juntou novamente, falou com o proprietário, que deu todo o apoio para que fossem confeccionadas placas de proibição de acesso ao Poço Azul”.

Depois de prontas, as placas foram transportadas com o apoio da Administração Municipal e afixadas pelo Movimento no próprio local e em pontos estratégicos do caminho. Ao mesmo tempo, foi distribuído um comunicado no comércio do Distrito do Bezerra, informando à população que o acesso ao Poço está proibido e explicando o porquê da interdição.

O local conhecido como Poço Azul (ou Lagoa Azul) situa-se dentro de uma fazenda particular. Sem consentimento do proprietário, as visitas começaram a se intensificar há cerca de quatro anos, principalmente pela divulgação da beleza da lagoa nas redes sociais e em veículos de informação. Mesmo não estando preparado para o turismo, o lugar acabou se transformando numa grande atração, por causa de sua beleza cênica.

“O movimento dos visitantes infelizmente causou intenso prejuízo ao ambiente, com a degradação de plantas, pichação de árvores e pedras, poluição do solo e da água, em consequência do lixo deixado irresponsavelmente na área e, o pior de tudo, soterramento

de uma das minas de água”, diz Katiely França, uma das coordenadoras do Movimento em seu blog poraquiealiturismo.blogspot.com.

Tendo em vista que o Poço Azul se encontra em Área de Proteção Permanente (APP) e considerando que só a interdição permitirá ao bioma se recuperar do desgaste sofrido pelo uso desordenado durante anos, o proprietário da área decidiu proibir, por tempo indeterminado, o acesso ao local. Sua decisão é amparada pelo apoio do Movimento, da comunidade de Formosa, de associações locais como a Associação do Bonito, e por ambientalistas. O desrespeito à proibição acarretará ao indivíduo invasor penalidades dispostas na Lei 9.605/98.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA ORGULHA-SE EM DEFENDER ESSE PATRIMÔNIO NATURAL.

Fotos: Acervo Movimento de Defesa do Poço Azul

Defendemos mudanças no sistema político eleitoral

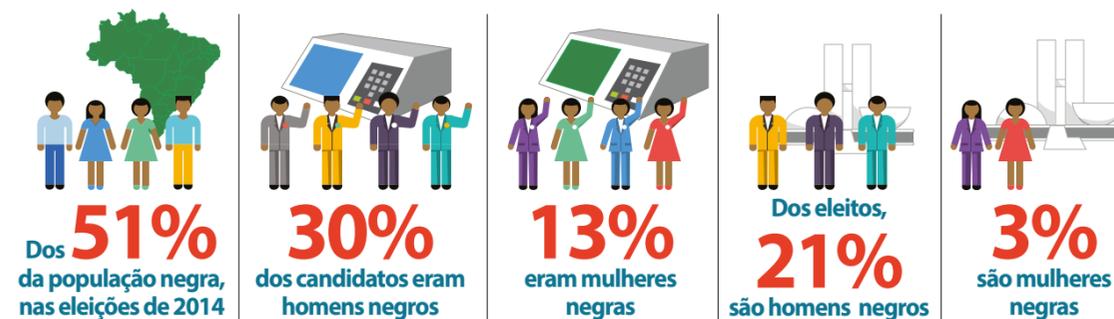
Os representantes sindicais consideram a Reforma Política uma demanda urgente da sociedade brasileira e defendem o fim do financiamento empresarial de campanhas eleitorais como um caminho necessário para combater a corrupção na política. A vontade de mudar os rumos da política motivou a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e outras 400 organizações sociais a promoverem um plebiscito popular, em setembro do ano passado.

Dos 7,5 mil participantes do plebiscito, 97,05% afirmaram que querem mudanças profundas no sistema político do Brasil, através de uma Constituinte Exclusiva.

“Esse resultado representa de forma clara a crise de representatividade atual que é muito conservadora”, destaca o presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília, Eduardo Araújo, acrescentando que a categoria bancária também quer a reforma política. Enquete feita pelo Sindicato em abril passado aponta que 64,7% dos bancários e bancárias almejam mudanças no sistema político eleitoral brasileiro.

O Brasil é um país diverso, mas tem um parlamento desigual.

Estudo aponta que, em 2014, quase 23 mil pessoas se candidataram às eleições em todo o país, e que:



COMIDA É PATRIMÔNIO

"O Manifesto Colher de Pau é um sinal de cuidado, atenção e entendimento da diversidade, respeitando-se a longa experiência de sanidade e do consumo de alimentos". Raul Lody

Lúcia Resende



Em nome da higiene e dos cuidados com a saúde – e quase sempre em favor da agroindústria – utensílios domésticos populares e tradicionais vêm perdendo espaço nas cozinhas brasileiras. Hábitos seculares estão se perdendo. Pouco a pouco, a diversidade gastronômica vai-se reduzindo, num cenário repleto de *fast foods* e de receitas universais.

Atentos a isso, movimentos sociais, organizações e redes como o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar (FBSSAN) acentuaram o debate sobre normas sanitárias mais inclusivas e adequadas à lógica e às dinâmicas da produção familiar e artesanal.

Há avanços, e a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 49, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), publicada em 2013, é um deles. A RDC 49 regulamenta a produção de alimentos pelos microempreendedores individuais (MEI), empreendimentos familiares

rurais e empreendimentos da Economia Solidária.

Mas é preciso fazer o contraponto cultural. Daí surgiu a campanha Comida é Patrimônio, lançada recentemente, cujo símbolo é a colher de pau.

Segundo o texto-base, "a colher de pau está impregnada de cultura, afetos, memória e sabor. É utensílio indispensável na cozinha brasileira, utilizada no dia a dia dos lares, seja no campo ou na cidade. Faz parte do ritual culinário, com seu acervo de gestuais e saberes. Segundo o sociólogo Gilberto Freyre, o artefato de madeira estava presente na culinária dos povos indígenas. Por ser um objeto emblemático e milenar, que mexe com múltiplas questões alimentares, a colher de pau foi escolhida como elemento simbólico da campanha Comida é Patrimônio, lançada pelo Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN). O ícone da colher na identidade visual da campanha representa nossa diversidade em produzir,

preparar, servir e comer".

Como parte das ações de mobilização que integram a campanha, o Fórum lançou o Manifesto Colher de Pau, de autoria do antropólogo e museólogo Raul Lody, pesquisador na área de alimentação, com diversos livros publicados e idealizador do Museu de Gastronomia Baiana.

Lody alerta que "empregar regras sanitárias sem entender os motivos acumulados na história, na sabedoria tradicional de povos, de segmentos étnicos, é apenas uma ação 'burocrática', que distancia o verdadeiro sentimento de comida, de comensalidade e de outros valores agregados à mesa".

Saiba mais
http://www.fbssan.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=419:manifesto-colher-de-pau&catid=79:noticias&Itemid=672&lang=pt-br



Lúcia Resende
Mestra em Educação

MANIFESTO COLHER DE PAU

Pela salvaguarda das cozinhas regionais e tradicionais do Brasil, e com respeito aos acervos culinários que são também identificados nos conjuntos de objetos de madeira, metal, fibra natural trançada, cerâmica entre outros; conjuntos de objetos variados e fundamentais ao ofício de se fazer a comida e possibilitar a preservação das receitas, e ainda preservam a estética de cada prato e o seu serviço em diferentes espaços e ambientes sociais.

A comida servida à mesa, em banca, sobre esteira, sobre folha de bananeira, traz vivências das muitas experiências culturais de comensalidade nos cenários das casas, dos mercados, das feiras, dos restaurantes, dos templos, entre tantos outros.

Pela segurança alimentar e principalmente pela soberania alimentar o "Manifesto Colher de Pau" quer valorizar cada objeto, implemento de cozinha, e rituais sociais de oferecimento

de comida e bebida como forma de preservação do exercício dos saberes tradicionais e identitários de famílias, regiões, segmentos étnicos, religiões; e, em destaque, a compreensão plena da importância técnica e simbólica de cada objeto.

Assim, morfologia, material, função, trazem memórias ancestrais que são definidoras das peculiaridades das culturas e dos povos que são identificados em cada objeto. Objeto vinculado ao que se entende por "patrimônio integrado" no entendimento contemporâneo de patrimônio cultural imaterial.

Respeitar e manter estes acervos materiais nas cozinhas, e nos serviços, garante os espaços de singularidade e de peculiaridade dos nossos sistemas alimentares de brasileiros, e os acervos significativos dos sabores, da construção dos paladares, ações que se dão no exercício das culturas.



ALÉM DAS TRANSFERÊNCIAS DE RENDA

Obra de Danilo Limoeiro relata o declínio da desigualdade regional no Brasil – Autor defende que existem outras variáveis, geralmente pouco estudadas, que impactaram este processo.

Inês Ulhoa

Diz a lenda que Dom Pedro II ficou chocado ao saber da condição de extrema pobreza no sertão do Nordeste e prometeu que venderia as últimas joias da Coroa, se preciso fosse, para resolver aquela lamentável situação. O que se sabe hoje é que o Nordeste continua sendo a região mais pobre do Brasil.

Entretanto, as transformações na região começaram a ser esboçadas nos últimos dez anos. Este é o ponto de partida do livro Além das transferências de renda: O declínio da desigualdade regional no Brasil na década de 2000, de Danilo Limoeiro. O autor propõe uma narrativa que busca observar como a economia nordestina vem crescendo em ritmo mais rápido que a nacional, fazendo com que sua renda per capita média se aproxime

da brasileira, resultando na diminuição das disparidades regionais.

A ideia, segundo o autor, é buscar identificar as causas da queda das desigualdades regionais brasileiras, focando no crescimento recente do Nordeste. “E quando falamos de crescimento no Nordeste, a primeira causa que pode vir à mente são os programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família”, diz o autor.

Na visão de Limoeiro, embora esses programas tenham tido um papel crucial no desenvolvimento nordestino nos últimos anos, eles não explicam toda a história. Diz ele: “Na verdade, outras intervenções estatais menos discutidas buscaram ampliar a capacidade produtiva das

regiões mais pobres, por meio do aumento do crédito produtivo e dos investimentos das empresas estatais”.

O livro é bem documentado com gráficos e tabelas que procuram demonstrar como a implementação de políticas industriais foi bem-sucedida.

Limoeiro chama a atenção para a contribuição que o livro traz para o debate, “apresentando e explorando preliminarmente algumas hipóteses pouco estudadas pela literatura atual, como os efeitos multiplicados do Bolsa Família e as transformações das capacidades dos governos estaduais”.



Inês Ulhoa
Jornalista
EDU/UnB



SEMANA DO MEIO AMBIENTE

Vida Abundante no Centro do Brasil

08/05 A 06/06

Shows

✓ **Locais:**

Flávio Robbie 29/05

Celso Galvão 30/05

Alcione Quintanilha 31/05

✓ **Regionais:**

Pádua e Maria Eugênia 30/05

✓ **Nacionais:**

Trio Perigoso + Dudu Oliveira 29/05

Geraldo Azevedo 31/05

✓ **Feira com Artesãos**

✓ **Praça de Alimentação: Food Trucks**

Confira a programação: www.sescgo.com.br





RECO DO BANDOLIM

UMA VIDA DEDICADA AO CHORO



Jaime Sautchuk

Brasília é bastante pródiga em atividades que passam longe dos palácios e gabinetes. Na música, por exemplo. A capital federal foi palco da explosão do rock nos anos 1980 e sempre se fez bem presente no caipira, na MPB, no clássico, na música brega, no samba, nos ritmos das Américas e até na bossa-nova revisitada. Nenhum gênero, porém, se destacou tanto ali como o choro, décadas a fio, com repercussão nacional.

Esse fenômeno se deve principalmente ao esforço e abnegação do talentoso músico Henrique Lima Santos Filho, o Reco do Bandolim, um baiano de nascimento que virou candango e dedica sua vida ao choro. Além da destreza no instrumento que usa até em seu nome artístico, ele é um cara afável, bem-articulado, que consegue fazer muito mais do que rodas de palcos e botecos.

Reco nasceu em 1954, em Salvador (BA), mas em 1963 se mudou pra Brasília com seu pai, deputado federal cassado no ano seguinte, no Golpe de Estado. Já vinha com alguma bagagem musical. Um tio, irmão de sua mãe, era crítico de música em jornal e ia à sua casa diariamente, onde ouvia os discos que iria analisar. Ele pegava carona, e assim teve contato com a obra de muitos artistas, os grandes nomes brasileiros e estrangeiros que eram lançados.

"Mais tarde, fiquei impressionado ouvindo os discos de Jimmi Hendrix e assistindo a espetáculos de Armandinho Macedo e dos Novos Baianos", relembra Reco. Já em Brasília, chegou a integrar bandas de rock, como guitarrista, mas conheceu Jacob do Bandolim e pegou gosto pelo instrumental brasileiro, em especial o choro

– e a partir daí virou paixão. "Significa nossa alma profunda, é a primeira manifestação musical genuína, anterior ao samba, que faz nosso perfil", completa ele.

A juventude não sabia, mas desde a inauguração, moravam ou passavam longas temporadas em Brasília, por razões diversas, alguns chorões da velha guarda. Waldir Azevedo e Bide da Flauta, por exemplo, fixaram residência. Dilermando Reis, amigo de JK, e Jacob do Bandolim, que ali tratava de problemas do coração, ficavam bons períodos. Nessas estadas, Jacob compunha músicas, dentre as quais o seu clássico "Alvorada".

Reco se enfronhou com essa gente, como aprendiz, e logo fundou o grupo "Choro Livre", um regional até hoje em atividade, com cinco discos gravados, contendo composições

dele próprio e de outros componentes.

Em seguida, por inspiração do violonista Dilermando e de Jacob, surgiu o Clube do Choro de Brasília, criado em 1977. No começo, eram pessoas que se reuniam informalmente na casa da pianista e professora da Universidade de Brasília (UnB) Odete Ernest Dias, francesa de nascença e apaixonada pelo choro. Sua morada transpirava musicalidade, dia e noite.

Depois, o grupo se estabeleceu nos vestiários do Centro de Convenções de Brasília, um espaço público meio abandonado pelo Governo do Distrito Federal, e o revigorou, fazendo dele um atrativo no meio (ou embaixo) do Eixo Monumental, a via mais solene da capital federal. E o clube se transformou rapidamente em um centro de pesquisas dedicado à difusão deste gênero musical.

Em verdade, quase todos os críticos e pesquisadores de música em universidades e na mídia davam o choro como um gênero musical em extinção. Mesmo no Rio de Janeiro, onde ele nasceu, nas últimas décadas dos anos 1800. Foi o primeiro gênero puramente instrumental surgido no Brasil.

Era uma maneira de tocar gêneros que vinham da Europa, como polcas, valsas e mazurcas. Mas com forte influência das batidas africanas, em especial do lundu, que originou também o samba-de-roda baiano, que por sua vez é apontado como a matriz do samba.

O fato é que, hoje, todos asseguram que o movimento brasileiro deteve e reverteu esse processo. O Clube do Choro promovia várias apresentações semanais, com convidados de renome nacional, oficinas e debates. É certo que, durante dez anos, de 1983 a 1993, a entidade viveu séria crise, mas, quando voltou à plena

atividade, veio com toda a carga, elegendo uma diretoria formal, que tinha Reco como seu presidente.

A partir de então, o projeto do Clube se impôs e atraiu as atenções de patrocinadores pesos-pesados, como os estatais Banco do Brasil, Petrobrás, Correios e Terracap. Esses recursos, somados à taxa de ingresso cobrada nas apresentações, é que sempre garantiram o sustento da entidade, de modo constante.

Com os programas de apoio do Ministério da Cultura (MinC) foi mais trabalhoso e demorado, mas as ajudas saíram também, de forma criativa e pródiga, que dura mais de vinte anos. Todo ano, o Clube apresenta um projeto de homenagem a algum compositor, ou em comemoração a algum evento do choro, e se dedica àquele tema por 12 meses.

A sede foi, porém, um problema que durou muitos anos até que Reco atendeu a um convite de Oscar Niemeyer e foi à sua casa, no Rio de Janeiro. Lá, o

arquiteto lhe ofereceu o projeto de um novo espaço, na mesma área, que foi aceito mais que depressa, e sua construção foi bancada pelo GDF. Virou coisa fina, top de linha, no dizer de frequentadores. Mas muito popular, como sempre. Espaçosas, as novas acomodações hoje abrigam o Clube e uma série de outras atividades que giram ao seu redor.

Desde os primeiros tempos, apesar do descaso das grandes redes, muitas apresentações do Clube são gravadas por



Foto: Clube do Choro

emissoras de TV e distribuídas Brasil e mundo afora. A TV Câmara, TV Senado e o Canal Brasil, por exemplo, são emissoras que sempre perceberam a dimensão daquele som chorado que fluía por entre a suntuosidade postada no meio do Cerrado do Brasil Central. E produzem muitos programas, sempre bem aceitos em qualquer parte do Planeta.

Por essas e outras, nos últimos 20 anos, o grupo Choro Livre já se apresentou em perto de 60 países, em eventos do governo brasileiro, em festivais, ou atendendo a convites oficiais de outros governos.

Mas, falando de Reco, a gente ainda não rezou a metade do terço. Exemplo maior é a Escola Brasileira de Choro Rafael Rabello, criada na década de 1990 como uma maneira de formar novas gerações de amantes da boa música. Desde então, a escola já formou gratuitamente centenas de músicos dedicados a este gênero musical, muitos dos quais ganharam projeção no cenário artístico brasileiro.

Também neste trecho, a história é muito rica. Por injunções familiares, Rafael tinha ido morar em Brasília e se enturmou de forma muito estreita com os chorões

da capital. Rafa, como era chamado, se tornou amigo de Reco, e juntos promoveram muita coisa. A preocupação de ambos era a de propagar cada vez mais o choro.

Surgiu, então, a ideia da escola, cujo projeto foi escrito com a ajuda dos jornalistas Ruy Fabiano, irmão de Rafael, e Carlos Henrique Santos, irmão mais velho de Reco. Quis o destino, porém, que Rafa partisse precocemente, e a maneira de compensar a perda foi colocar seu nome no empreendimento.

Hoje, a escola tem 28 professores e perto de mil alunos, em turmas distribuídas por horários e dias diferentes, sob a direção de um filho de Reco, o violonista 7 cordas Henrique Neto. São duas aulas semanais (uma de teoria, outra prática), com uma taxa mensal, mas 20% dos alunos são bolsistas carentes.

Aliás, a Escola teve também papel importante em aproximar o choro da Natureza. Começou por problemas práticos, pois, pra não rejeitar alunos, passou a ministrar aulas a céu aberto. A Reco e seu grupo, porém, essa não chegava a ser uma novidade, pois eles já estavam acostumados a se apresentar sob as luzes do Sol ou da Lua,

por força de circunstâncias diversas ou pelo simples querer.

Além de músico, Reco é também jornalista, radialista e agitador cultural, atuando em várias frentes. Nesta última atividade, em 1980, ele criou o trio-elétrico Massa Real, versão candanga do legendário caminhão de Dodô e Osmar nas quebradas de Salvador. Nos carnavais, ele sempre ajuntou músicos de muitas procedências para eletrizar o carnaval brasileiro.

Como radialista, Reco criou e apresentou por décadas a fio o programa "Choro Livre", na Rádio Nacional de Brasília, com uma hora semanal, retransmitido por emissoras do Brasil inteiro e de outros países. Ele se aposentou recentemente como funcionário da rádio estatal, mas pretendia seguir apresentando o programa, só que a emissora, inexplicavelmente, o tirou do ar. Foi uma grita geral da enorme plateia, e o assunto está sendo reavaliado.

Reco é Casado há 37 anos com Maria Aparecida Castro Lima Santos, e tem 3 filhos e 3 netos.



Jaime Sautchuk
Jornalista. Escritor

A LENDA

Da Vitória Régia

Diz a lenda que, no começo do mundo, a Lua era um deus que sempre se escondia por trás das serras para namorar as jovens mais lindas das aldeias indígenas. A lenda diz também que, quando a Lua se enamorava, transformava a jovem por quem estava apaixonada em estrela e a levava para junto dela, no céu.

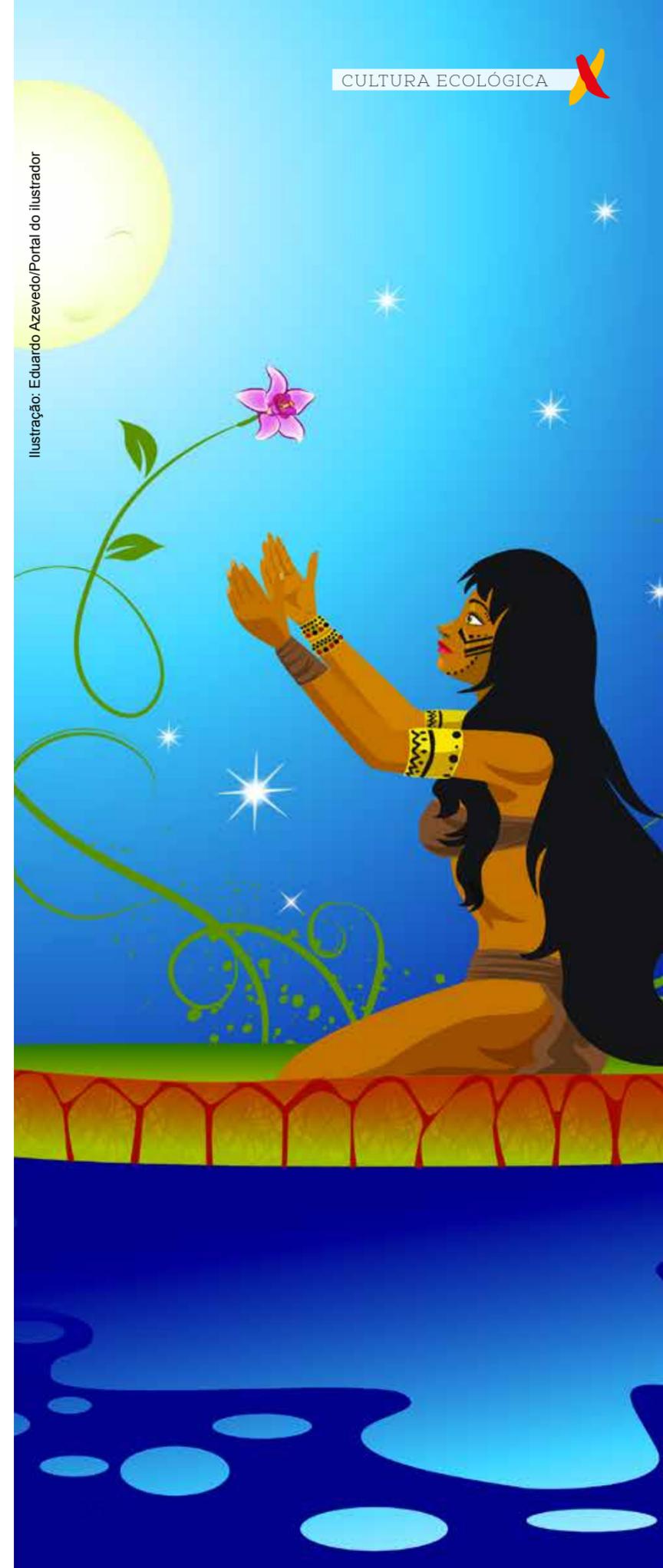
Em uma aldeia havia uma jovem guerreira chamada Naiá, muito linda, que se apaixonou pela Lua e sonhava em ir com ela para o céu. Todas as noites, enquanto seu povo dormia, Naiá subia as colinas esperando pela Lua, na esperança de virar estrela e seguir com ela para o céu. Mas a Lua parecia não notar a paixão de Naiá, que virou obsessão.

A obsessão de Naiá era tanta que chegou a um ponto em que a jovem não queria nem comer nem beber mais nada, só admirar a Lua. À noite, Naiá saía pela floresta soluçando e clamando pelo amor do deus Lua. Em uma dessas noites, Naiá viu a Lua refletida nas águas de um lago e pensou que era o próprio deus que se banhava ali, bem perto dos seus olhos.

Emocionada, Naiá jogou-se no lago, na direção em que via sua paixão, e não mais voltou. Comovido por tanto amor, o deus Lua recompensou Naiá, transformando-a em uma estrela diferente: Naiá virou uma linda vitória-régia, a "estrela das águas", cujas lindas flores são brancas durante a noite e tornam-se rosadas com o nascer do dia.



Ilustração: Eduardo Azevedo/Portal do Ilustrador




GOIÁS

Foto: Nara Serra

TRABALHADORES CRUZAM OS BRAÇOS POR SALÁRIO E VALORIZAÇÃO

“Para alavancar um País é preciso alavancar a Educação, mas aqui a Educação retroagiu”. Jerry Alves dos Santos – auxiliar administrativo

Em Goiás, os últimos anos têm sido dramáticos para os cerca de 45 mil trabalhadores em Educação. A mobilização é permanente, e como lembra a presidenta do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (Sintego), Bia de Lima, “o desrespeito à Lei do Piso, o achatamento da carreira com a extinção da titularidade, a recusa em pagar a data-base dos administrativos, a determinação do Executivo estadual em transferir para Organizações Sociais (OSs) a gestão escolar e a recente decisão do governo de parcelar o pagamento dos salários, dentre outros agravos, trazem enormes preocupações para a categoria”.

Nos últimos anos, os professores goianos vêm acumulando perdas. Em

2012, o governo incorporou a gratificação de titularidade, gerando sérios prejuízos. O percentual chegava a 30% e era pago aos professores com cursos de qualificação. Com a incorporação, as perdas acumuladas são superiores a R\$ 30 mil, para os profissionais PIII, e a R\$ 40 mil, para os de nível PIV. Para exemplificar, com a titularidade, um professor PIII, letra A, 40 horas, estaria recebendo hoje, após o reajuste de 13,01%, R\$ 3.641,27. Sem a gratificação, o salário é de R\$ 2.904,45. Isso comprova como o Governo de Goiás promoveu brutal achatamento da carreira e tirou o estímulo à qualificação dos professores.

Por outro lado, o governo não tem reajustado os salários em janeiro, como manda a Lei 11.738/08. Em 2013, o reajuste

foi concedido somente em maio, retroativo a janeiro para PI e PII, e restou calote de quatro meses para os professores PIII e PIV. Em 2014, mais quatro meses de calote foram para o ralo. Agora, em 2015, tramita na Assembleia Legislativa Projeto de Lei para que o reajuste só aconteça em agosto, e o calote anunciado é de sete meses. Sobre isso, Bia ressalta: “Mas é bom lembrar que a justiça mandou o governo pagar os quatro meses não reajustados de 2013. Infelizmente, após a secretária de Educação afirmar que o Estado não recorreria da decisão, o recurso foi feito”.

Contra esses abusos, após denúncia do Sintego, o Ministério Público, por meio do Centro de Apoio da Educação e da 53ª Promotoria de Justiça, protocolou ação civil pública,

com pedido de liminar, para obrigar o Governo de Goiás a cumprir a Lei 11.738/08 e pagar o Piso salarial, a partir do mês de janeiro “para todos os profissionais do quadro permanente do Magistério Público Estadual da Educação Básica”.

Segundo o governo, a justificativa para tais medidas é de que faltam recursos para a Educação. Mas, em audiência recente com o governador, o Sintego demonstrou, com dados oficiais, que a informação não procede. Em 2014, a verba destinada para a Educação em Goiás foi de R\$ 5.549.726.987,70. Neste ano, nos três primeiros meses, o montante foi de R\$ 1.284.975.723,82. No mês de abril, só de recursos do Fundeb, a Educação recebeu R\$ 164.230.781,37. A folha mensal não atinge R\$ 170 milhões. Outro problema apontado pelo sindicato é a gestão dos recursos da Educação pela Secretaria de Fazenda. Legalmente, a tarefa cabe à Secretaria de Educação. Portanto, a greve deflagrada em 13 de maio é, na verdade, um desesperado grito de socorro, porque a situação passou de qualquer limite suportável.

Para agravar ainda mais a situação, recentemente, o Executivo resolveu parcelar os salários dos servidores e realizar os descontos todos na primeira parcela. Com o acúmulo de perdas, os trabalhadores deflagraram greve geral para pressionar o governo e evitar mais prejuízos. Conversamos com educadores de várias cidades goianas, e todos são unânimes em afirmar a falta de compromisso governamental com a valorização profissional e os reiterados descumprimentos das leis que garantem direitos duramente conquistados.

Em Formosa, o professor de

História, George Augusto da Silva, do Colégio Estadual Hugo Lobo, explica: “Até o presente momento, não recebemos o Piso salarial, conforme determina a Lei. Tivemos nossa titularidade engolida, nossos salários parcelados, e estamos sob a ameaça de perder outros direitos. Além disso, estamos à beira de sofrer um golpe com o projeto de implantação de Organizações Sociais (OSs) para gerir a Educação de Goiás, o que na prática é privatização e pode sucatear ainda mais a carreira dos profissionais da Educação”.

Joelma Luzardo Gebrim, professora do Complexo 9 de Planaltina de Goiás, declara: “Aqui na minha escola está tudo parado, nos três turnos. Estamos em greve: primeiro, porque queremos nosso pagamento feito de uma vez só, e outra é que a nossa data base é janeiro, o governador apalavrado para maio, não cumpriu”.

Se a situação é ruim para os professores, para os que trabalham na área administrativa é ainda pior. Jerry Alves dos Santos, lotado no Colégio Estadual de Planaltina de Goiás ressalta: “Como auxiliar administrativo, estou querendo meus direitos. Quero o Plano de Carreira. Tenho 20 anos de serviço, sou pós-graduado e não tenho como progredir”.

Também pertencente ao quadro administrativo, Penha Auxiliadora, da Escola Estadual Dom Emanuel, de Silvânia, acrescenta: “A gente luta, pelega. A gente está conversando com o governo e até agora nada. A gente não tem como aceitar a proposta do governo, que é de pagar o Piso para os professores e fazer a correção da data-base dos administrativos só no segundo semestre”.

Em geral, uma greve busca avanços. Em Goiás, o que



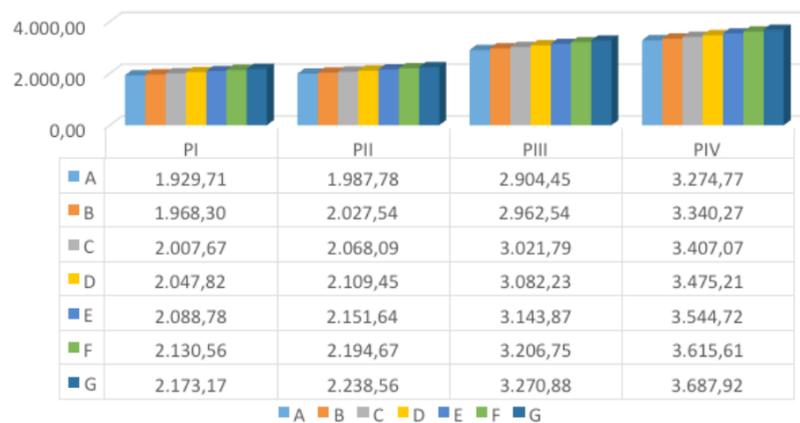
se quer é garantir direitos. Nesse sentido, afirmou o professor Sérgio Fernandes, de Cabeceiras de Goiás: "Nossa greve é parte de um processo de luta pelo qual nós, profissionais da Educação, estamos tentando garantir nossos direitos". A professora Sandra Leite, de Goiânia, explica: "Estamos lutando para não perder direitos e para corrigir injustiças. Nossa greve nem é por novas conquistas, o que seria justo. Estamos em greve pelo cumprimento da Lei do Piso, pelo Plano de Carreira para os administrativos, por concurso público e contra o parcelamento do nosso salário".

Até o fechamento desta edição, as propostas oferecidas pelo governo foram prontamente recusadas pelo Sintego. "Cada vez que conversamos com a secretária de Educação é um passo atrás. No início do ano, a proposta era pagar em maio; depois,

sem nenhuma conversa, o governo mandou Projeto de Lei para a Assembleia Legislativa querendo pagar em agosto. No dia em que a greve foi deflagrada, foi proposto pagar em julho e, no mesmo momento, a categoria recusou. Na última audiência, o governo piorou o

que já era muito ruim, propondo deixar dois meses para 2016. Realmente, o governador Marconi Perillo não respeita e não gosta dos professores", declara Bia, indignada com o que classificou de "proposta inaceitável, pelo Sintego e pela categoria".

REMUNERAÇÃO QUADRO PERMANENTE 2015 - 40 horas
Projeção com reajuste previsto em Lei (13,01%)



Fonte: Dieese

PAUTA

PISO DOS PROFESSORES – pagamento do reajuste de 13,01%, retroativo a janeiro, para ativos e aposentados.

PARCELAMENTO DE SALÁRIOS – revogação do parcelamento e pagamento dentro do mês trabalhado.

DATA-BASE – pagamento da recomposição salarial, como prevê a legislação.

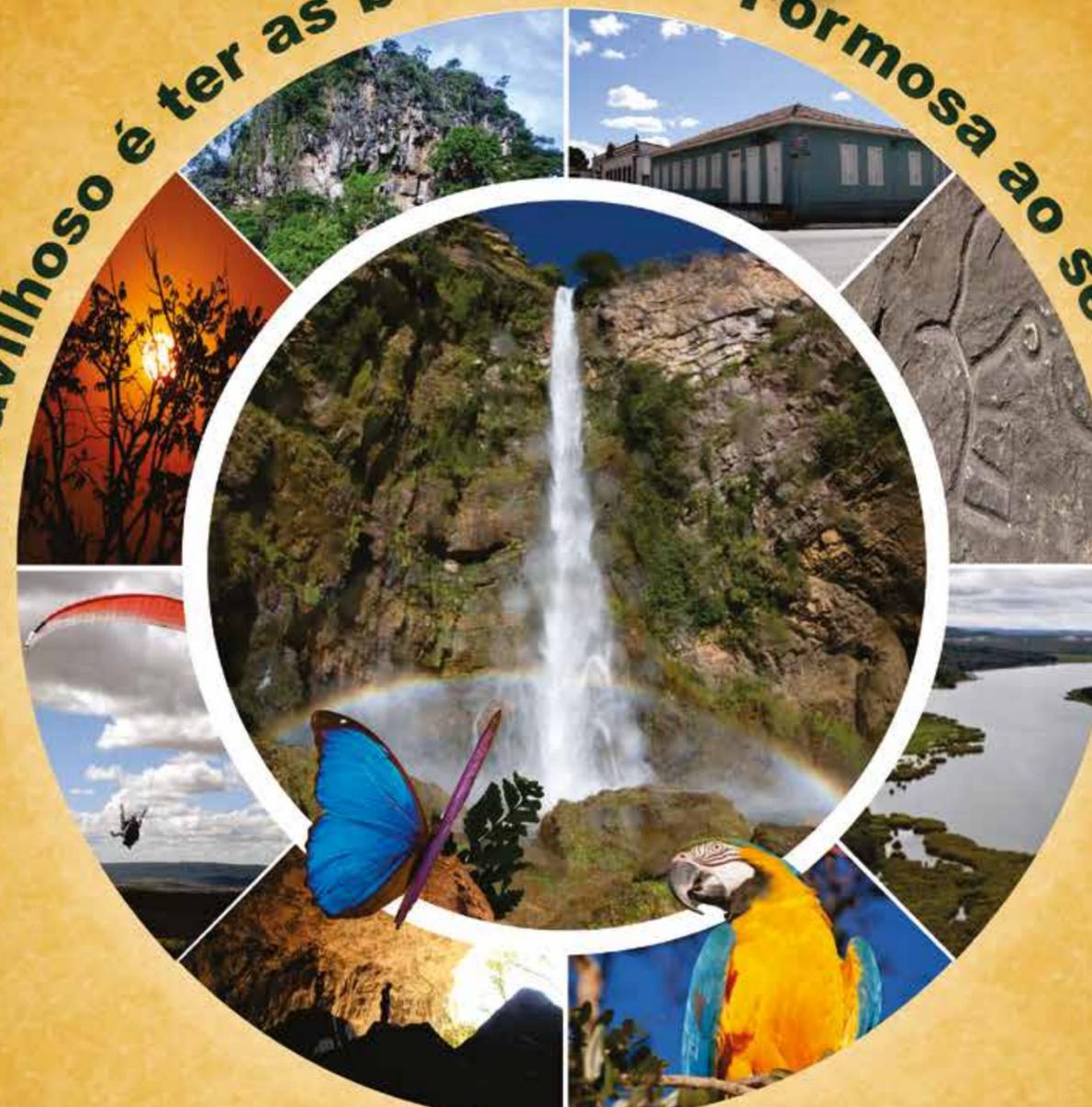
CONTRATOS TEMPORÁRIOS – Seduce oferece salários indignos, com valores muito abaixo do Piso.

CONCURSO PÚBLICO – cumprimento do acordo assinado com a categoria em 2012.

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO – não à terceirização.



Maravilhoso é ter as belezas de Formosa ao seu redor





ESTADOS DISCUTEM COMPROMISSO CONTRA O DESMATAMENTO ILEGAL DA MATA ATLÂNTICA

Bruno Deiro

A Fundação SOS Mata Atlântica promoveu no dia 13 de maio, no Rio de Janeiro, o primeiro Encontro dos Secretários de Meio Ambiente dos Estados da Mata Atlântica, para realizar um diálogo inédito. Dentre os diversos pontos integrantes da agenda que define a Mata Atlântica como ativo dos estados, foi abordado o compromisso de ampliar a cobertura florestal nativa e perseguir o desmatamento ilegal zero no bioma. O encontro, intitulado “Uma Nova História para a Mata Atlântica”, ocorreu no Prédio Anexo do Palácio da Guanabara.

Compareceram os Secretários

de Meio Ambiente dos estados do Ceará, Artur Bruno; do Rio de Janeiro, André Corrêa; do Espírito Santo, Rodrigo Júdice; do Rio Grande do Sul, Ana Maria Pellini; do Piauí, Luis Henrique Carvalho; de São Paulo, Patrícia Iglecias Lemos; de Alagoas, Cláudio Alexandre Ayres da Costa; e do Paraná, Ricardo José Soavinski. Os estados da Bahia, Sergipe, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, também na área de abrangência da floresta, enviaram representantes. O encontro teve ainda a presença do governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão.

A meta de reduzir a zero

o desflorestamento ilegal da Mata Atlântica é uma reação ao aumento na taxa de desmatamento do bioma mais ameaçado do Brasil nos últimos anos, com 9% de alta em 2013 e quase 29% em 2012. A base jurídica para a meta existe desde 2006, quando foi criada a Lei da Mata Atlântica, regulamentada nos estados. No encontro, secretários e representantes começaram a alinhar uma proposta em torno do desmatamento ilegal e de uma meta de recuperação de áreas degradadas. Eles também abordaram as iniciativas já desenvolvidas em seus estados nesse sentido, momento em que houve

uma troca de experiências sobre práticas e políticas que deram certo e podem ser disseminadas.

O encontro foi o ponto de partida para a elaboração de uma carta conjunta, intitulada “Uma nova história para a Mata Atlântica”, que irá consolidar o compromisso das autoridades.

“Mas é preciso ir além de medidas de comando e controle: devemos usar mecanismos

financeiros já existentes para bancar a conservação: ampliar o ICMS Ecológico, para ajudar municípios com unidades de conservação; usar os fundos estaduais e os fundos de compensação ambiental; estimular a criação de RPPN, as Reservas Particulares do Patrimônio Natural, já que 80% da Mata Atlântica está em áreas privadas; e implementar urgentemente incentivos

previstos no Código Florestal, como o pagamento por serviços ambientais”, complementa Mario Mantovani, diretor de Políticas Públicas da Fundação.



Bruno Deiro
Relações com a mídia
Grupo Máquina PR

O Rio de Janeiro ainda possui 30% de Mata Atlântica e é o estado mais verde do Brasil. Participamos desta conquista verde: em dez anos, o Rio passou de maior para menor desmatador da Mata Atlântica.

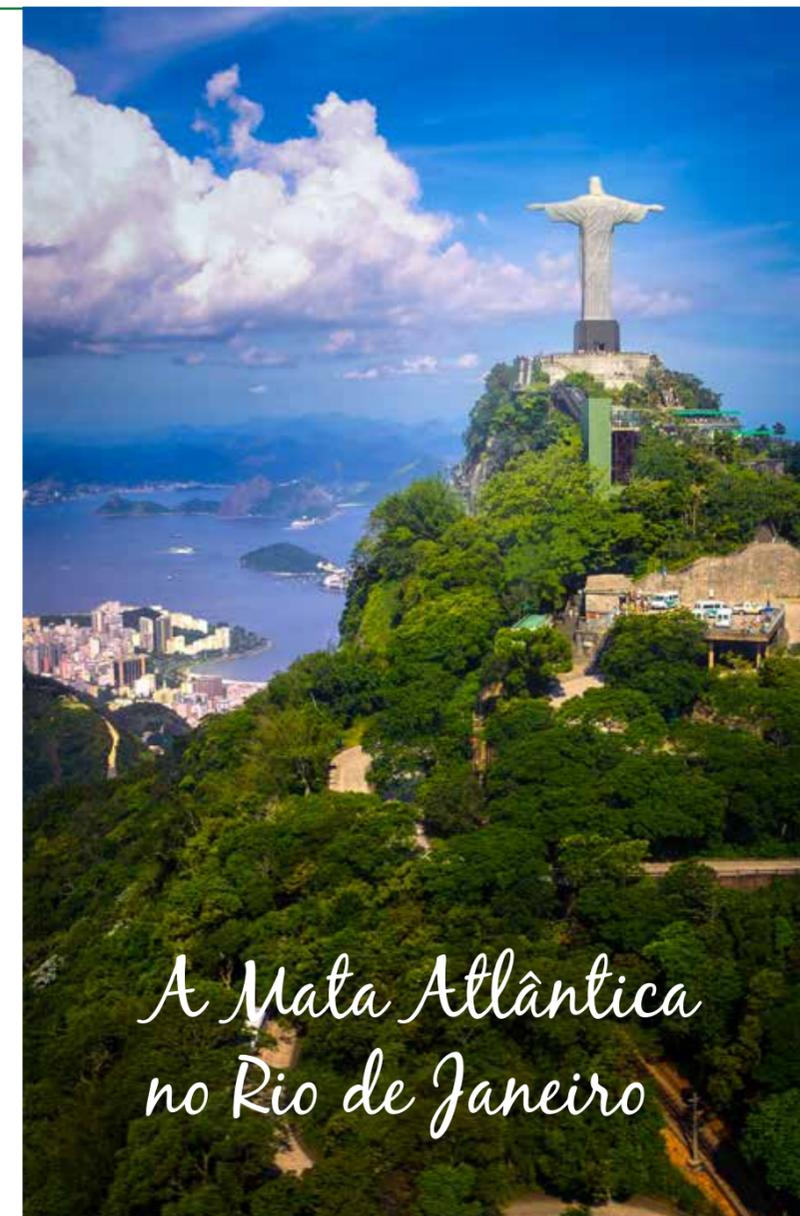
Há dois anos consecutivos, é o estado que menos desmata: 11 hectares (11 campos de futebol). Enquanto Minas Gerais é o campeão de desmatamento: com 8.900 hectares! Criamos e ampliamos parques estaduais, melhorando sua estrutura, com sedes e centros de pesquisadores e de visitantes, com recursos do Fundo da Mata Atlântica.

Criamos Corredores Florestais e o ICMS Verde, que não aumenta imposto, mas garante mais recursos aos municípios que preservam o meio ambiente – criando parques municipais, investindo no saneamento e acabando com lixões.

Concuramos guarda-parques e criamos as Unidades de Polícia Ambiental (UPAMs). Ainda falta muito: queremos aumentar a Mata Atlântica em 50% em mais 15 anos!

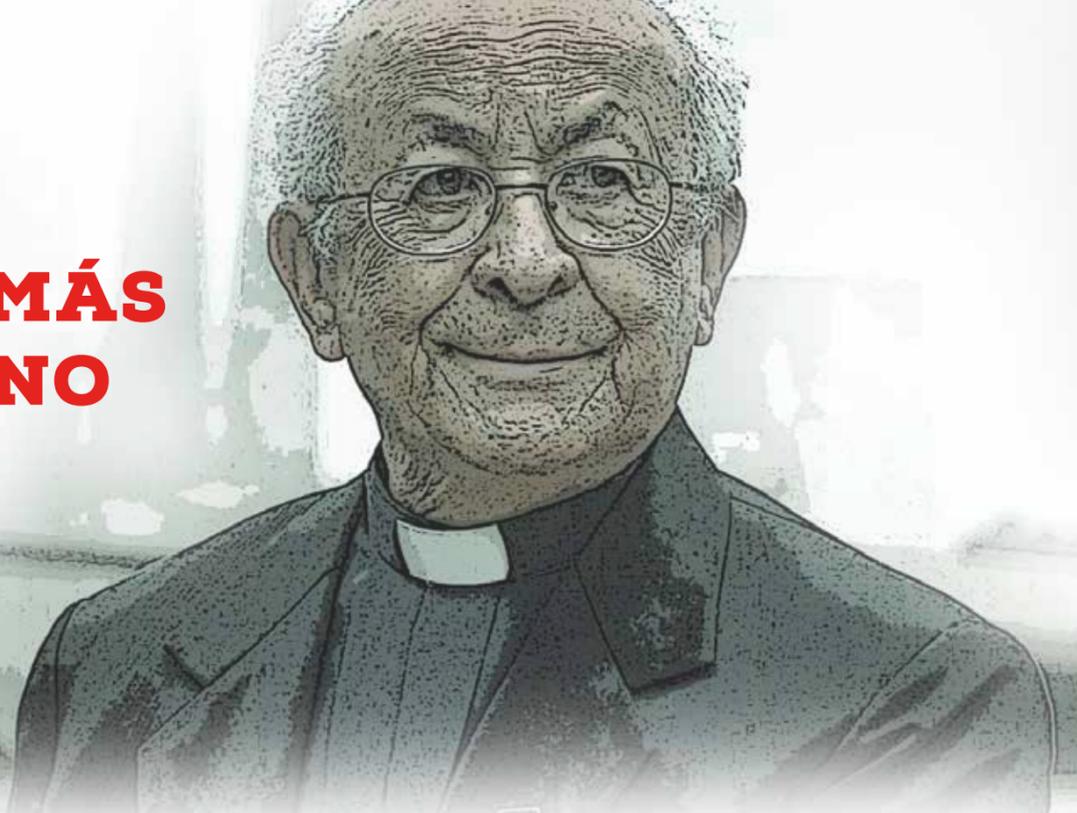


Carlos Minc
Geógrafo. Professor. Ambientalista.



DOM TOMÁS BALDUINO

O APÓSTOLO DOS POVOS DO CERRADO



Osni Calixto

Tarde do dia dois de maio do ano de 2014. A vida anuncia a morte. Calou-se a voz de Tomás Balduino. O poeta anuncia reticente: permanecerá a palavra. "Há um tempo certo para cada propósito debaixo do céu" (Eclesiastes, 3:1-8). A Comissão Pastoral da Terra informa a triste notícia do encantamento do apóstolo que "lutou por toda sua vida pela defesa dos direitos dos pobres da terra, dos indígenas, das demais comunidades tradicionais, e por justiça social".

Nascido Paulo, nome do Apóstolo. Dom Tomás foi enviado ao mundo, na passagem de ano de 31 de dezembro de 1922. Filho de Posse, filho de Goiás, filho de José Balduino de Souza Décio e Felicidade de Souza Ortiz, o último menino homem de uma família de onze irmãos e irmãs. Da infância com

formação cristã na cidade de Formosa, tornou-se o defensor dos direitos humanos no Sertão de Goiás. Vocacionado para o Evangelho de Deus, foi ordenado Frei Tomás, da Ordem Dominicana.

Peregrino, ouviu a voz do coração. Da Escola Apostólica, o Diocesano, filosofia e teologia, era o caminho - de Minas, São Paulo, Saint Maximim, na França -, o mundo conheceu Tomás. De volta às origens, faz o mesmo caminho, Juiz de Fora - a Escola Apostólica, aí o Mestre. Lecionou filosofia em Uberaba e, de lá, volta ao Sertão, às chapadas, veredas e gerais. Em 1957, é nomeado superior missionário dominicano da Prelazia de Conceição do Araguaia. Faz mestrado de antropologia e linguística, na UnB de Brasília.

O Apóstolo fala a língua dos índios Xicrin, Bacajá, Kayapó,

Kraô, Avá. Nasceu para servir. Voava aos céus de Deus, para atender aos povos indígenas do baixo-Araguaia, num bimotor. O avião vermelho, o bispo dos homens, na militância política, salva vidas na luta contra a Ditadura Militar.

Tomás é palavra, Tomás é Sertão. O Bispo dos índios e da reforma agrária acredita na força do homem simples, do sertanejo, das mãos calejadas, que plantam o arroz, o feijão e o milho. Homem da Fé, ele se torna o caminho, a palavra e a vida plena no sertão do Goiás para os povos do Cerrado.

Reconhecido pelo mundo, na luta pelos direitos humanos, das mulheres, dos negros, dos pobres e das camadas mais oprimidas e profanadas da sociedade, ganha prêmios e reconhecimento, até no Vaticano. Ungido Bispo Diocesano da Cidade de Goiás,

seu Ministério coincide com os tempos de chumbo da Ditadura Militar - de 1964 a 1985. Tempos de luta, política e fé.

Naquele tempo, profetizava: "É preciso organizar o povo. Criar os mecanismos capazes da transformação, das mudanças que a sociedade precisa". Muda-se para Goiânia e se engaja firmemente na evangelização da Teologia da Libertação, na Campanha Nacional pela Reforma Agrária, o Movimento do Custo de Vida, como fazer? Qual o sentido da caminhada?

A mão de Dom Tomás toca a causa. A construção dos instrumentos, do mecanismo, a criação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em 1972, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, com as Comunidades Eclesiais de Base, são o fermento da luta.

Jurado de morte, viveu a vida plena. Homem simples, viveu a glória. Os títulos, o reconhecimento, nacional e internacional. Em 2006, para ele o mais importante: Doutor Honoris Causa, da Universidade Católica de Goiás, pelo comprometimento com a luta do povo pobre de Deus.

No mesmo ano, em Curitiba: o prêmio Humanista do Ano/2006; no campo internacional ganha o prêmio *Reflections of Hope*, em 2005, como exemplo de esperança na solução das causas que levam à miséria de tantas pessoas em todo o mundo. Firme, na fé e na atitude, em 2009, vai a Roma participar da homenagem a Dom Oscar Romero, por ocasião dos 29 anos de seu assassinato.

Calou-se a voz de Dom Tomás. "Permanecerá sua palavra",

diz o poeta. "Para tudo há uma ocasião certa... tempo de nascer e tempo de morrer...", diz a Palavra. Naqueles dias, o bispo dos índios e da reforma agrária, o homem da natureza do Sertão e do Cerrado, das comunidades e dos quilombos, de Formosa e de Posse, do mundo de Deus, viveu sua agonia.

No dia 2 de maio de 2014,

aos 91 anos, Paulo morreu. Tomás, o Apóstolo dos Povos do Cerrado, subiu aos céus. Deixou como lição: Para tudo há um tempo, tempo de lutar e tempo de viver em paz, segundo o Evangelho de Dom Tomás.



Osni Calixto
Jornalista, Militante da Causa dos Direitos Humanos.

Calou-se a voz dos oprimidos

*Calou-se a voz de Tomás Balduino, (...)
Uma voz que nunca quis ser sozinha
sabia, desde os anos de chumbo:
uma voz solitária não suspende a manhã.
Quis ser uma voz entre as vozes
ergueu sua voz dentro do vasto coro dos oprimidos:
os índios, os posseiros, os lavouradores,
os retirantes da seca e da cerca
e os que se levantam contra elas,
as mulheres, os negros, os migrantes, os peregrinos
para forçar claridades, para ensinar o amanhecer.*

*Tomás é palavra.
A palavra que banha como bálsamo.
A palavra que fustiga.
Incendeia.
A palavra que perdoa
mas aponta - sempre - o caminho da Justiça.
E o que somos na vida?
Somos os ossos das palavras
que povoam o caminho de pedras ou flores
que sangram os pés de nossos filhos.*

*Tomás é sertão.
O sertão e suas armadilhas.
O sertão e suas infinitas contradições.
Tomás é sertão
onde se dobram os ventos de Goiás e Minas,
onde nascem as águas
nessa infinita geografia
que alimenta nossas esperanças.*

*Calou-se a voz de Tomás Balduino.
Permanecerá sua palavra.
Tomás é sertão:
gesto de fé nessa gente que não se dobra.*



Pedro Tierra
Poeta Libertário. Autor, dentre vários outros livros, de *Dies Irae* - oito testemunhos indignados e uma ressurreição. Brasília. 1999.



FENAE APRESENTA PROGRAMA MOVIMENTO SOLIDÁRIO PARA A REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO DO MARANHÃO

A CIDADE MARANHENSE BELÁGUA FOI ESCOLHIDA PELO CDN DA FEDERAÇÃO PARA RECEBER AS PRÓXIMAS AÇÕES DO PROGRAMA.

No último dia 8 de maio, em Brasília (DF), a Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae) apresentou ao superintendente do governo do Maranhão no Distrito Federal, Ricardo Capelli, os propósitos do Movimento Solidário. A cidade maranhense de Belágua será a próxima contemplada pelo programa de responsabilidade social e empresarial da Federação, do Grupo PAR e da PAR Corretora de Seguros.

No encontro, ficou definido que será agendada uma reunião com secretários e com o governador maranhense, Flávio Dino, até a primeira quinzena de junho, para tratar do lançamento das ações. Após este evento é que ocorrerá o

planejamento para visita técnica ao município.

“O apoio das representações políticas e administrativas no Maranhão é fundamental para que possamos articular as ações para mudar a realidade de Belágua, a exemplo do que aconteceu em Caraúbas do Piauí (PI), que passou por melhorias significativas nas áreas de saúde, educação e geração de renda”, destaca a diretora de Comunicação e Imprensa da Fenae, Natascha Brayner.

Belágua foi escolhida para ser a próxima cidade a receber o programa pelo Conselho Deliberativo Nacional (CDN) da Fenae. A escolha do município, distante 113 quilômetros de São Luís (capital), foi motivada por vários indicadores sociais, como

baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), mortalidade infantil, taxa de alfabetização e renda por habitante, entre outros.

AÇÕES NO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS DO PIAUÍ

Em ato realizado no município em 28 de maio de 2015, a Fenae oficializou o encerramento das ações em Caraúbas do Piauí.

O ato contou com a participação do governador Wellington Dias (PT), de secretários de Estado, lideranças políticas, comunitárias e sindicais, além do prefeito de Caraúbas, Manoel Pacheco. Também estiveram presentes dirigentes da Apcef-PI e representantes das empresas

do Grupo PAR, entre outros. Representando a Fenae, participaram o presidente, Jair Pedro Ferreira, e os diretores Natascha Brayner (Comunicação e Imprensa) e Moacir Carneiro (Cultura).

Em encontro recente, ocorrido em Brasília, representantes do governo piauiense ressaltaram a contribuição do Movimento Solidário para impulsionar o desenvolvimento social e econômico da cidade de Caraúbas do Piauí.

No município, as políticas sociais na área da saúde, educação e de distribuição de renda, realizadas com doações de parceiros e de milhares de empregados da Caixa Econômica Federal, foram fatores determinantes para as melhorias ocorridas.

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, publicado em abril pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o município melhorou sua classificação, passando para 0,505 (dado referente ao ano de 2010). O IDH dos municípios vai de 0 a 1: quanto mais próximo de zero, pior o desenvolvimento humano; quanto mais próximo de um, melhor. O índice considera indicadores de longevidade (saúde), renda e educação.

A Fenae, com o apoio dos empregados da Caixa, promoveu campanhas de arrecadação de pontos do Mundo Caixa, uma plataforma de relacionamento e incentivo que permite a empresas como Caixa, Caixa Seguros, Funcef, Fenae, Apcefs e Grupo PAR se comunicarem com os trabalhadores do único banco 100% público do país, a Caixa Econômica Federal. No

caso de Caraúbas do Piauí, a totalidade das campanhas desenvolvidas pelo Mundo Caixa sempre foi convertida em projetos de geração de renda, associativismo e equipamentos de uso da comunidade.

MOVIMENTO SOLIDÁRIO: ORIGEM, ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL

O Movimento Solidário foi criado em 2005 pelo Comitê de Responsabilidade Social Empresarial da Fenae, juntamente com o Grupo PAR e a PAR Corretora de Seguros. No ano seguinte, o programa começou a ser executado em Caraúbas do Piauí, cidade que na época tinha o 18º pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil.

Além da atuação no município piauiense, o programa Movimento Solidário



transformou e melhorou também a qualidade de vida dos moradores do Lar de Crianças Nossa Senhora das Graças, em Petrópolis (RJ).

O principal objetivo do programa é fomentar o desenvolvimento econômico, social e sustentável de comunidades carentes, com base nas Metas do Milênio, lançadas pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Portanto, o resgate da cidadania, combinado com o esforço por reafirmar a dignidade de quem mais precisa Brasil afora, está na origem da história e das realizações do Movimento Solidário, seja em que circunstância for.



Fotos: Acervo FENAE





TOMBA ÁRVORE, TOMBA ÍNDIO

Ruy Sposati, da Terra Indígena Alto Turiáçu (MA) e Piero Locatelli

Eusébio Ka'apor e seu primo viajavam de moto quando foram abordados por dois homens encapuzados e armados em uma encruzilhada. Os indígenas seguiam o caminho de casa, cruzando os povoados que cercam a Terra Indígena Alto Turiáçu, no Maranhão.

"Tava chovendo muito, quase escuro", lembra P (os nomes dos indígenas foram ocultados). Ao ouvir os gritos dos pistoleiros, ele resolveu acelerar. "Achei que não ia atirar, mas o cara atirou: tá!", diz, simulando o som do disparo que atravessou o corpo de Eusébio, na garupa, e pegou de raspão nas costas de P.

A moto percorreu cerca de 80 metros, até que ele caiu. "Tá doendo", foram algumas das últimas palavras de Eusébio. Ainda vivo, foi carregado até um povoado próximo. P foi então pedir socorro na aldeia Ximborendá. Ele e M, filho de Eusébio, usaram um caminhão

para carregar o corpo, "espirrando sangue", e correram para o hospital no município de Zé Doca. Alguns quilômetros antes de chegar na cidade, o Ka'apor faleceu.

P é a única testemunha da morte de Eusébio. O crime ocorreu no dia 26 de abril, na zona rural do município de Maranhãozinho, a três quilômetros da entrada da aldeia Ximborendá. Na manhã seguinte, na sede da cidade de Zé Doca, seu filho conta que foi abordado por um proprietário de serraria. "Ele disse que já sabia da morte e veio dizer que tinha outras pessoas pra morrer", relata M. "E ainda reclamou que não consegue mais madeira lá".

O madeireiro se referia à terra indígena dos Ka'apor, que sofre constantes invasões para o roubo de árvores. Cansados de esperar pela ajuda do Estado, desde 2013 os índios resolveram colocar a própria vida em risco

para expulsar os madeireiros. Eusébio era uma das lideranças deste movimento.

Essas ações foram batizadas pelos indígenas como "missões". Sempre dentro de sua terra, eles seguem a trilha dos invasores, tomam seus equipamentos, queimam seus veículos e expulsam os madeireiros (que têm que sair a pé).

As trilhas por onde as árvores eram retiradas são fechadas. Os pátios, antes usados como base pelas serrarias, passam a ser ocupados por novas aldeias Ka'apor que levam o nome de Kaar Husak Há - "áreas protegidas".

Embora a investigação sobre o assassinato ainda esteja em andamento, são muitos os elementos que levam os indígenas a suspeitar dos madeireiros. Além de terem sido abordados por um proprietário de serraria na manhã seguinte ao crime, outros dois Ka'apor

sofreram um atentado parecido: uma semana antes do assassinato, no dia 19, dois indígenas foram abordados por homens encapuzados e armados enquanto andavam de moto.

Os pistoleiros tomaram o veículo, espancaram um dos indígenas e ordenaram que corresse para a mata. A poucos quilômetros do local, os agressores dispararam três tiros - um deles, no tanque da moto, que foi deixada na estrada.

Ex-cacique de Ximborendá, a maior das dezoito aldeias na terra Alto Turiáçu, Eusébio perdeu o posto quando os Ka'apor substituíram o cacicado por conselhos gestores. Mas ainda era uma liderança importante. Sua morte assustou os dois mil indígenas que vivem nos 530 mil hectares do território indígena - uma das áreas mais conservadas do Maranhão.

A sobrevivência dos Ka'apor está diretamente relacionada à floresta. "Nós não dependemos da cidade, nós dependemos da mata. Por isso o nome é Ka'apor: 'nós somos da mata'. E a mata também depende da gente", diz J, outro indígena que falou sob anonimato.

Ainda triste pela morte de Eusébio, ele aponta uma castanheira e explica por que as missões não podem parar: "esta árvore já estava aqui antes de eu nascer e antes do meu pai nascer. Por isso que lutamos. Nós podemos morrer, mas nossos filhos sempre vão ter a floresta".

QUEM MATOU EUSÉBIO?

A investigação foi prejudicada pelo fato de a Polícia só ter chegado ao local do crime dias depois, quando a Secretaria de Segurança Pública do estado encarregou uma equipe de investigar o caso.

O delegado José Henrique Mesquita trabalha com duas hipóteses: "A primeira é de que alguém está cometendo assaltos na região, e não tem nenhum envolvimento do conflito com os madeireiros. A segunda é de que a morte aconteceu a mando dos madeireiros, para amedrontar os indígenas".

A primeira linha da investigação, de latrocínio, é a mais difundida pela imprensa local. O histórico de conflitos na região, contudo, corrobora a segunda hipótese. "Esse tipo de ameaça já vinha sendo feita, e o Eusébio era uma das lideranças ameaçadas. É estranho que alguém tenha abordado justamente a motocicleta de uma liderança como ele", diz o advogado Luiz Antônio Pedrosa, presidente da comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA).

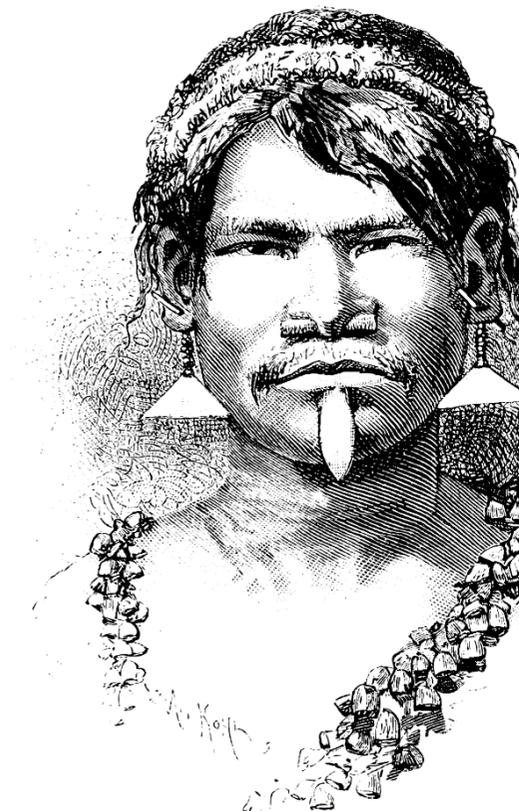
"A gente entende que, a princípio, é um delito relacionado com a situação de conflito local com os madeireiros", diz o procurador Galtiênio Paulino, do Ministério Público Federal do Maranhão. Ele solicitou que a Polícia Federal investigue o caso, mas a PF respondeu que não deve entrar no caso enquanto as suspeitas de latrocínio não forem descartadas pela Polícia Civil.

Apesar de não ter ajuda federal, a investigação tem apoio dos próprios indígenas. Primeiros a chegar ao local do crime, eles acharam um projétil calibre 38 revestido com uma capa de cobre. Pouco comum na região, é similar a outra bala disparada contra os indígenas na semana anterior ao assassinato, dia 19 de abril. Segundo o delegado da Polícia Civil, a coincidência entre os projéteis fortalece a hipótese do assassinato pelos madeireiros.

UM CRIME ANUNCIADO

O histórico de ameaças e os atentados contra os Ka'apor apontam para outro possível elemento do assassinato de Eusébio: a omissão do Estado. Desde 2008, o Ministério Público Federal pede ajuda de instâncias federais para conter o conflito. Seis anos depois, a Justiça Federal determinou que a Funai apresentasse um plano de fiscalização para a terra indígena e que se fizesse a instalação de postos de segurança fixos, o que ainda não aconteceu.

A Funai afirma que intensificou as operações contra a extração ilegal de madeira na região nos últimos cinco anos e que "orienta os indígenas a não abordarem os invasores diretamente". Segundo os Ka'apor, porém, as ações de fiscalização pontuais não funcionam porque os madeireiros voltam depois.



O diretor de proteção ambiental do Ibama, Luciano de Meneses Evaristo, reconhece os limites das operações e avalia positivamente ações como as dos Ka'apor. "Eles protegem estas áreas. Por que eu tenho hoje um milhão de metros quadrados [preservados em Terras Indígenas]? Por que o índio está lá. Se ele não estivesse lá, já tinha ido" afirma.

Mas essa proteção pode custar a vida dos indígenas. As ameaças contra eles aumentaram a partir de dezembro de 2014, depois que os Ka'apor fecharam o último ramal por onde a madeira era retirada da terra indígena. Foi quando um grupo de madeireiros invadiu e queimou plantações de uma aldeia. "Roubaram as roupas, as galinhas, queimaram os barracos, pisaram nos velhos", conta J.

Ele relembra a dificuldade para registrar o boletim de ocorrência do episódio. "Os policiais viam os parentes todos enfaixados, cabeça com esparadrapo, ombro machucado, mas ninguém queria fazer B.O. Andamos 200 quilômetros, fomos na delegacia do Encruzo [Governador Nunes Freire], de Centro do Guilherme, de Santa Luzia do Paruá, e só diziam que o delegado não estava, que não tinha escrivão".

Em fevereiro, indígenas Ka'apor de diferentes aldeias envolvidas nas operações relataram ter sofrido dois ataques semelhantes ao de Eusébio, mas dizem ter "medo de registrar ocorrência por não confiar nos policiais e medo de

serem insultados ou agredidos por parentes dos agressores na cidade", segundo documento entregue pela associação indígena Janderuhã ha Ka'a rehe à Secretaria Estadual de Segurança Pública do Maranhão no início de maio.

Em dezembro do último ano, os Ka'apor solicitaram à Secretaria Especial de Direitos Humanos, órgão vinculado à Presidência da República, a inclusão de quatro indígenas no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos. Esse programa dá escolta a lideranças ameaçadas. A secretaria afirma que recebeu o pedido para três indígenas e que aguarda informações do MPF, Funai, PF e do governo do estado para dar prosseguimento à avaliação do caso.

FRONTEIRA VERDE

As árvores dos Ka'apor são tão cobiçadas porque representam o pouco que resta da Amazônia no Maranhão. Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), pouco mais da metade do que sobrou da floresta no estado está dentro de Terras Indígenas. Até nos mapas do Google é possível ver como a fronteira Ka'apor coincide com a fronteira de desmatamento: o verde da floresta é mais forte dentro do território indígena, enquanto as áreas do entorno estão desmatadas.

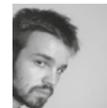
A simples repressão aos madeireiros, porém, não seria suficiente para sanar o conflito, acredita o procurador federal Alexandre Soares. Para ele,

a pressão sobre a floresta é agravada pela falta de outro modelo econômico na região, que dê alternativas de renda aos moradores locais. Até mesmo alguns Ka'apor, antes do início das missões, recorriam ao trabalho em serrarias para sobreviver.

"Foi antes do nosso despertar", diz J, que carrega uma certa tristeza no rosto ao lembrar dessa parte de seu passado. "Nós, Ka'apor, estávamos perdendo o tradicional, agora está voltando. Estamos recuperando a floresta e recuperando como nós vivíamos antes".

Após o assassinato, a pressão sobre eles só aumenta. "Ontem [dia 9 de maio], os madeireiros abriram outro ramal próximo ao que tínhamos fechado na missão", relata o indígena A, que avistou diversos caminhões e tratores dentro da terra indígena. Mas lembra que só será possível avaliar a real intensidade da invasão com o fim das chuvas amazônicas e chegada do período seco, em junho.

A tensão pode ganhar contornos trágicos se, até lá, os governos federal, estadual e municipal continuarem deixando os Ka'apor sozinhos na defesa da floresta.



Piero Locatelli
Jornalista



Ruy Sposati
Jornalista

fontes: reporterbrasil.org.br, vidaspelaforesta.webflow.io/kaapor



PARABÉNS VALPARAÍSO

VAMOS VALORIZAR NOSSA CIDADE!

No dia 15 de junho Valparaíso de Goiás completa 20 anos de emancipação política. Uma história que passa pela construção de Brasília na década de 50; pela criação do Núcleo Residencial Valparaíso em 1979; pela criação do Distrito em 1989 e finalmente pela emancipação em 1995.

A atual gestão deseja que os avanços de Valparaíso de Goiás sejam sempre crescentes. Unidos podemos fazer mais e melhor, superando dificuldades, transpondo obstáculos e promovendo qualidade de vida para todos e todas.

Parabéns aos valparaisenses que diariamente cumprem a missão de contribuir para o desenvolvimento do município, porque quem ama valoriza!

ACOMPANHE A PROGRAMAÇÃO ESPECIAL DA NOSSA FESTA

VALPARAISODEGOIAS.GO.GOV.BR

[f /PVALPARAISOGO](https://www.facebook.com/PVALPARAISOGO)

[YouTube /PVALPARAISOGO](https://www.youtube.com/channel/UC...)





CALÇADAS, PRA QUE TE QUERO?

O desprezo das gestões municipais pelas calçadas do sistema viário público caracteriza exclusão social no ambiente urbano

Antenor Pinheiro

A despeito de constar da Constituição Federal (CF) que a lei é igual para todos, e o direito de ir e vir ser o mais festejado de seus preceitos, na verdade não é isto o que experimentamos na rotina quando a questão é a mobilidade das pessoas nas calçadas das cidades brasileiras.

Permanece como tormento o grave passivo nacional a respeito, e o que constatamos são cidades cada vez mais embrutecidas nas suas opções de ir e vir, penalizando, sobretudo, a população menos protegida econômica e socialmente.

Nesse contexto, o que tinha de ser igual para todos no ordenamento jurídico vigente não passa de letra morta; e o sagrado direito de se locomover a pé com segurança e conforto, mera ilusão.

O produto que emerge dessa contradição é a exclusão de consideráveis parcelas da população que se movimentam no ambiente urbano. E o mais elementar jeito de ir e vir, que é o modo a pé, o único da escala humana que nos permite o contato social direto, mantém-se sacrificado por absoluto

desprezo das autoridades. É o coletivo sucumbido ao modo individualista de vivenciar as cidades – a derrota precoce da urbanidade.

O direito à cidade é tema recorrente nas academias, parlamentos, eventos e gabinetes governamentais das três esferas de governo, mas sua ascensão é desprezada quando a providência da ação é requerida.

É o que ocorre com as calçadas dos sistemas viários públicos das cidades, merecedoras das mais elogiáveis iniciativas e presença

obrigatória nos discursos oficiais quando a questão tange a equidade do uso dos espaços de mobilidade; no entanto, são esquecidas quando se decidem as ações governamentais mais elementares e as diretrizes orçamentárias destinadas a cada uma delas.

Leis, regulamentos, normas, estatutos e tantas outras denominações não faltam para enfrentar juridicamente esses paradigmas impostos às cidades brasileiras. Somente na CF de 1988 há nove referências sobre o tema e outras três dezenas de leis ordinárias federais somam-se às centenas de regulações estaduais e municipais que dormitam nas gavetas dos gestores.

Projetos e programas disponíveis à promoção da acessibilidade universal estão há muito estruturados por sucessivos governos, além de outras milhares de ações locais bem-intencionadas. Porém, falta-lhes o básico: a efetividade da lei, o gesto executor, a decisão política, o fazer a coisa sair do papel.

Estranho descaso, pois a origem do problema não gera dúvidas. O próprio Código de Trânsito Brasileiro (CTB), que é lei federal, é cristalino ao definir as calçadas (e passeios) como espaços públicos de trânsito. No mesmo rumo sustenta o Estatuto das Cidades e a (não tão recente) Lei Nacional da Mobilidade Urbana, dentre outras normas e programas em plena vigência.

Ora, se calçada é viário público, por que o poder público municipal não a recebe como tal, preferindo em vez

disso editar códigos municipais de edificações e posturas (conflitantes com o CTB) que remetem ao ente privado (proprietário do imóvel) a obrigação de construí-la e mantê-la, mesmo sem oferecer e dele exigir um mínimo de qualidade técnica no padrão construtivo?

Quem sente o peso deste paradoxo é o cidadão comum, o pedestre do dia a dia, mas especialmente os cidadãos com mobilidade reduzida (idosos, gestantes, enfermos, obesos, crianças etc.) e aqueles que são vítimas de quedas frequentes em razão de suas deformidades, obstáculos, barreiras, ocupações e ausência de manutenção adequada.

Não por acaso, é nas calçadas urbanas onde mais ocorrem acidentalidades que infernizam a vida das pessoas. Estudos realizados pelo Departamento de Ortopedia e Traumatologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo/USP (2005) identificaram que 50 por cento dos atendimentos do seu pronto-socorro provêm de quedas sobre calçadas, fato que comprova ser este tipo de ocorrência não apenas um passivo urbanístico, mas essencialmente um problema de saúde pública.

Hoje esses números reduziram-se para 20 por cento no Hospital das Clínicas/USP, muito provavelmente pela difusão de outros centros de atendimentos de urgência surgidos desde a data da primeira pesquisa. Mas há uma parcela enorme de pessoas que ainda mais sofre com a falta de atitude governamental: as vítimas de

acidentes e crimes de trânsito. Este é um país que produz, por baixo, 50 mil mortes/ano no trânsito e 150 mil lesionados graves/ano que ocupam em média 20 dias nos leitos hospitalares de urgências dos sistemas públicos de saúde (SUS/MS, 2010).

Das pessoas lesionadas, 40 mil/ano sofrem mutilações e mais 30 mil/ano adquirem paraplegias e tetraplegias, a maioria constituída de jovens em plena força produtiva. Junte-se a esse drama a mais sensível e insuperável das sequelas, a psicológica, que tanto afeta as vítimas diretamente, quanto os familiares e amigos indiretamente.

Produzimos esse massacre anualmente no viário brasileiro e devolvemos para suas casas pessoas com deficiências irreversíveis sem que seja a elas garantido um mínimo de espaço decente para se locomoverem quando necessário.

Nesse quesito são pessoas duplamente vítimas do descaso oficial, pois além de sucumbirem à violência no trânsito, tornam-se eternamente excluídas das cidades. Logo, não possuem direitos, embora estejam previstos; não possuem governos, embora existam; não possuem dignidade, embora humanos – enfim, não possuem o livre caminhar, o mais básico dos gestos. Calçadas, pra que te quero?



Antenor Pinheiro
Jornalista, Coordenador da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP) Regional Centro-Oeste.



A ERA EM QUE **QUASE TUDO** É **DESCARTÁVEL**

Leticia Schirmer de Souza

Todos e todas nós queremos ser reconhecidos e aceitos pela sociedade em que vivemos, e pensamos ser validados por aquilo que adquirimos, vestimos, pelo aparelho celular que exibimos em público ou pelo número de amigos que fazemos nas redes sociais. Ciente das inseguranças sociais que nos acompanham, a sociedade de consumo nos faz querer o carro novo, a roupa e o sapato da moda.

Não que haja problema em se desejar adquirir um produto ou um bem. Ao contrário, pequenas extravagâncias, tais como

saborear uma boa comida ou degustar um bom vinho, ou, até mesmo, comprar um tão sonhado objeto de consumo, são recompensas saudáveis e merecidas a quem dedica esforços na busca de uma melhor qualidade de vida.

O cerne da questão é que vivemos em uma era em que quase tudo é descartável, onde os produtos têm pouco tempo de vida útil e já são fabricados para não durarem e para serem trocados com frequência. Vivemos bombardeados pelo grande estímulo provocado por propagandas de consumo,

o que nos cria novos e incessantes desejos a cada dia. E o que desejamos hoje, abolimos amanhã, tão grande é a insatisfação que

permeia a sociedade moderna.

As necessidades de consumo criadas pela sociedade desconsideram o impacto de seus atos sobre o meio ambiente. A grande demanda de produção e do consumo afeta diretamente a retirada de matérias-primas da natureza e, em nome do progresso e da economia, destroem-se matas, florestas, rios, e matam-se animais. E esse consumo exagerado prejudica o meio ambiente, afinal o raciocínio é lógico: papéis, sacolas, tecidos ou móveis não surgem do nada.

Por outro lado, sabemos que pequenas atitudes diárias, tais como separar o lixo, diminuir o consumo de água, evitar desperdícios, ou mesmo usar com mais frequência o transporte público, podem provocar melhoras significativas que diminuem o impacto ambiental, mas preferimos agir como se nossas ações não tivessem qualquer reflexo na vida dos outros ou não influenciassem o meio em que vivemos. Pensar no outro ou no impacto que nossas ações

causam para as próximas gerações é algo não condizente com a forma de vida adotada pela sociedade moderna.

Todos e todas nós devemos e podemos participar do processo de conscientização dos padrões de consumo, por exemplo, priorizando o consumo sustentável, com produtos que não agredam tanto o meio ambiente. Há que se pensar, inclusive, numa mudança de paradigmas: a relação de consumo e o desenvolvimento andam juntos. Ainda, prolongando-se a satisfação e o ciclo de vida dos bens produzidos, reduz-se, drasticamente, a quantidade de matéria-prima e também a sobrecarga de lixo que é jogada nos ecossistemas.

O consumo exagerado é um ótimo exemplo deste fato. E assim vamos desperdiçando tempo e dinheiro em produtos que sequer serão usados por muito tempo, pois sequer foram feitos para durar. Da mesma forma, desperdiçamos enorme energia na sede insaciável pelo reconhecimento e aprovação dos outros, o que inclui a necessidade de ser notado por todos, de parecer "feliz" e de colecionar conquistas.

Conforme diz Zygmunt Bauman, "vivemos em tempos líquidos, nada é para durar". De acordo com

Bauman, cada vez mais a sociedade em geral tem menos contatos aprofundados entre os indivíduos e as relações duram cada vez menos, "escorrem pelos vãos dos dedos".

Dessa forma, estabelecer o hábito de adquirir produtos com maior durabilidade (e de se satisfazer com os mesmos) ou manter relacionamentos sociais mais aprofundados exige que deixemos de ter uma visão micro para ter uma visão macro, onde a cumplicidade e o compromisso com o futuro da sociedade adquiram um peso maior.

A preservação do meio ambiente – direito difuso, fundamental, de terceira geração – importa na superação de relações meramente individuais, externando o máximo de uma vida social fundada na solidariedade. Implica um aprimoramento dos indivíduos e da sociedade, tal como preconizado no filme *Rouge*, de Kieslowski, ao demonstrar o quanto a aceitação das nossas próprias fragilidades humanas pode despertar no outro a compaixão.

Sentindo-nos aceitos e integrados, podemos diminuir o egoísmo social e assumir uma conduta mais responsável para com o meio ambiente e para com os outros, visando um futuro melhor para as próximas e futuras gerações e, assim, desenvolver um dos grandes pilares para o bem-estar social, a fraternidade.



Leticia Schirmer de Souza
Servidora Pública Federal.
Bacharel em Direito

Entre 18 e 22 de maio, os movimentos do campo brasileiro, sob a coordenação da Confederação Nacional dos Trabalhadores (as) Rurais, a CONTAG, realizaram, de forma conjunta em todo o Brasil, o 21º Grito da Terra Brasil, “unindo em um só grito” trabalhadores e trabalhadoras rurais dos municípios e estados brasileiros.

Sob o lema “Desenvolvimento Rural Sustentável com garantia de Direitos e Soberania Alimentar”, a pauta do 21º Grito da Terra, apresentada à presidenta Dilma Rousseff no dia 15 de abril de 2015, “traz um conjunto de reivindicações demandadas pelos agricultores e agricultoras familiares do campo brasileiro que permite construir uma agenda positiva para o crescimento da economia com distribuição de renda”, diz o comunicado da CONTAG sobre o Grito.

Dentre os pontos de pauta encontra-se a “demanda pela ampliação do orçamento público para o investimento em políticas públicas estruturantes para superar a pobreza, as desigualdades sociais e ampliar e universalizar os direitos de oportunidades e igualdades para os sujeitos construir cidadania, viverem e trabalharem com dignidade e qualidade de vida no meio rural”. Ainda segundo a CONTAG, o movimento espera que o governo reconheça e valorize os sujeitos do campo, atendendo às demandas com medidas e políticas

GRITO DA TERRA BRASIL

Desenvolvimento Rural Sustentável com garantia de Direitos e Soberania Alimentar

concretas para: avançar com a reforma agrária; fortalecer a agricultura familiar; proteger os e as assalariados/as rurais, assegurando aos homens e às mulheres o direito à terra e ao território e à transição para a agroecologia, visando a produção e oferta de alimentos saudáveis; preservar e conservar a biodiversidade.

O 21º Grito da Terra Brasil espera também “fortalecer

as políticas públicas de geração de trabalho decente e de proteção social e cidadania, dentre as quais destacamos a saúde, educação de campo, Previdência e assistência social, segurança e comunicação”.

O Grito da Terra Brasil foi encerrado com uma solenidade no Plenário do Senado Federal, na tarde da sexta-feira, 22 de maio de 2015.



21º GRITO DA TERRA BRASIL
Desenvolvimento Rural Sustentável com garantia de Direitos e Soberania Alimentar
18 a 22 de maio • 2015

Realização:
  



**Aproveite suas férias.
Deixe sua casa sob nossos cuidados.**

TASS

61 3033 3333

